

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
ATUÁRIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

CLARA DUPRAT MARTINI

**DILEMAS DA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA E O RESGATE DA
TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA**

Monografia de Bacharelado em Ciências Econômicas

**São Paulo
Maio/2022**

CLARA DUPRAT MARTINI

**DILEMAS DA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA E O RESGATE DA
TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA**

Monografia submetida à apreciação de Banca Examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação da Professora Doutora Regina Maria d'Aquino Fonseca Gadelha.

São Paulo

Maior/2022

O autor desta obra autoriza sua publicação eletrônica na Biblioteca Digital da PUC-SP. Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Martini, Clara Duprat
Dilemas da América Latina contemporânea e o
resgate da teoria marxista da dependência /
ClaraDuprat Martini. -- São Paulo: [s.n.], 2022.
51p ; cm.

Orientador: Regina Maria d'Aquino Fonseca
Gadelha.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Graduação em Ciências Econômicas, 2022.

1. América Latina. 2. Teoria Marxista da
Dependência. 3. Vânia Bambirra. I. Gadelha, Regina
Maria d'Aquino Fonseca. II. Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Graduação em Ciências
Econômicas. III. Título.

CDD

BANCA EXAMINADORA

Regina Maria d'Aquino Fonseca Gadelha (Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Regina Gadelha, ao meu lado desde a elaboração do projeto, pela confiança e acolhimento. A realização da monografia não teria sido possível sem seu vasto conhecimento de história e sua proximidade com a Teoria da Dependência. Não posso deixar de agradecer à professora Leslie Beloque, orientadora de minha Iniciação Científica, pelo apoio e aprendizados contínuos desde o curso de Economia Política. À professora Rosa Maria Berriel pelas apaixonantes aulas de Formação Econômica do Brasil e à professora Claudia Cavalieri pelo companheirismo ao longo de todas as disciplinas de Microeconomia.

Agradeço à minha família, sobretudo meus pais e minha irmã, pelo incentivo ao estudo e pela constante valorização do conhecimento desde pequena. Mas, principalmente, pela paciência nestes 23 anos repletos de questionamentos. Às minhas amigas da escola que caminham comigo desde cedo e as quais tive a sorte de conhecer, ver crescer e compartilhar tantas experiências. E, não menos importante, às amigas e amigos da faculdade pelas alegrias e incertezas vividas desde 2018.

RESUMO

O embate crítico da dependência estrutural torna-se a questão chave desta monografia, visto que os países do continente latino-americano estão atrelados ao modo histórico de desenvolvimento do capitalismo mundial e marcados pela formas particulares de suas formações econômicas-sociais. É este o movimento dialético a ser analisado. Estudá-lo implica pensar a história de sua colonização e transição, bem como as histórias de resistências, lutas e enfrentamentos ao quadro de subordinação: é aqui que reside sua especificidade, apesar de se reconhecer as diferenças e as semelhanças existentes entre os países latino-americanos. Esta é uma monografia essencialmente teórica e focada na perspectiva da obra *O capitalismo dependente latino-americano*, escrita em 1972 por Vânia Bambirra. A escolha da autora foi feita na medida em que oferece um ponto de partida analítico importante para as principais questões formuladas pela Teoria da Dependência.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina; Teoria Marxista da Dependência; Vânia Bambirra.

ABSTRACT

The critical debate of structural dependency is the key issue of this work, since the countries of Latin America are linked to the historical mode of development of global capitalism and marked by their particular forms of social-economic formations. This is the dialectical movement to be analyzed. Studying it implies thinking about the history of its colonization and transition, as well as the histories of resistance, conflicts and confrontations to the framework of subordination: this is where its specificity resides, despite recognizing the differences and similarities that exists among Latin American countries. This paper is essentially theoretical, focused mainly on the perspective of the work *O capitalismo dependente latino-*

americano, written in 1972 by Vânia Bambirra. The author was chosen as she offers an important analytical point of view to the main questions formulated by the Dependency Theory.

KEY-WORDS: Latin America; Marxist Dependency Theory; Vânia Bambirra.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. Teoria da Dependência: premissas teóricas	12
1.1 Enfoque teórico.....	14
1.2 Breve história da dependência.....	15
1.3 O capitalismo hegemônico hoje.....	21
2. O capitalismo dependente da América Latina: a interpretação de Vânia Bambirra	27
2.1 O método de Vânia Bambirra.....	27
2.2 As economias dependentes antes da integração monopólica mundial de 1945.....	30
3. As economias dependentes a partir da integração monopólica mundial	36
3.1 A integração monopólica mundial e seus efeitos na América Latina.....	36
3.2 As economias dependentes sob o domínio do capitalismo monopolista integrado.....	39
3.2.1 As condições internas nos países do <i>tipo A</i> que permitem a industrialização.....	39
3.2.2 As condições internas nos países do <i>tipo B</i> que permitem a industrialização.....	44
3.3 Contradições e tendências do capitalismo dependente.....	46
3.4 Dependência do século XXI.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

INTRODUÇÃO

A Teoria da Dependência é uma teoria emancipatória. A compreensão da América Latina enquanto elo fundamental para o funcionamento do capitalismo hegemônico é o ponto de partida da pesquisa. A dialética marxista e o materialismo histórico apontam as especificidades e subjetividades do papel das economias dependentes inseridas no sistema capitalista mundial e, portanto, à mercê dos interesses do capitalismo dependente.

É essencial reconhecer as diferenças e as semelhanças entre os países latino-americanos. São seus condicionantes histórico-sociais estruturais, estes impostos ainda com mais força pela acumulação do capital, que definem a dinâmica de nossos países em relação com o restante do mundo capitalista. Estudá-los implica em pensar sua história enquanto história de resistência, lutas e enfrentamento ao quadro de subordinação: é aqui que reside a especificidade da teoria da dependência. São estes os principais objetivos da monografia. É este o movimento dialético analisado, a fim de traçar as perspectivas futuras das economias dos países latino-americanos – isto é, as possibilidades de desvencilharem-se da subordinação à dinâmica econômica e organização político-social dos países capitalistas hegemônicos.

O ponto medular da pesquisa, a ser elaborado ao longo do trabalho, é a perspectiva de Vânia Bambirra, uma das principais autoras da corrente conhecida por "Teoria Marxista da Dependência", sua interpretação e quais as soluções que a autora trouxe para o debate interpretativo em termos de metodologia, perspectivas, prognósticos e possíveis respostas para o enfrentamento do dilema que a América Latina contemporânea enfrenta. Para tanto, se mostra relevante a análise conjunta com autores consagrados e suas respectivas formulações teóricas, a ver dois importantes autores, os sociólogos Florestan Fernandes e Aníbal Quijano, este último marxista peruano. No entanto, a essência desta pesquisa está centrada no estudo qualitativo da análise de Vânia Bambirra acerca da teoria marxista da dependência. Após um primeiro momento de aproximação com o trabalho de Florestan Fernandes e de Aníbal

Quijano, o trabalho de monografia se volta para olhar com mais especificidade o livro *O capitalismo dependente latino-americano* (2019. 1. ed. Chile: 1972), tendo em mente as contribuições que a autora propõe à linha de estudos da dependência de viés marxista.

O primeiro Capítulo desta monografia, intitulado *Teoria da Dependência: premissas teóricas*, introduz e contextualiza as premissas teóricas da dependência, assim como ressalta a urgência do debate atual para se compreender e alterar os rumos da América Latina. Primeiro, a apresentação dos autores centrais a serem tratados, assim como o enfoque teórico escolhido, com destaque a Florestan Fernandes, Aníbal Quijano e Vânia Bambirra. Em segundo lugar, a abordagem da “história” da dependência, adentrando assuntos centrais e indispensáveis ao entendimento do fenômeno: a transferência do mais valor, o papel da dominação externa na gestação das economias dependentes, as repetições políticas e a globalização. Em seguida, a discussão acerca do capital financeiro, que intensifica e, por outro lado, institucionaliza a dependência e a dominação, debate seguido da contextualização histórica do período dos anos 1980, que marcaram a dominação estadunidense sobre a região latino-americana.

O segundo Capítulo, *O capitalismo dependente da América Latina: a interpretação de Vânia Bambirra*, inicia-se com a inovação do método adotado pela autora e quais os desdobramentos de tal aproximação para a compreensão da Teoria da Dependência no desenvolvimento histórico e econômico dos países dependentes. Isto é, como a criação de uma tipologia da dependência permite o aprofundamento das especificidades de cada um dos grupos, tanto de suas características internas como de suas peculiaridades enquanto subordinadas às economias capitalistas desenvolvidas. Em um segundo momento foi estudado como se estruturavam as economias dependentes antes de 1945, período escolhido por Bambirra como “*divisor de águas*” no estudo da gestação e intensificação da dominação dependente.

Elaborados o método e a interpretação sociológica de Vânia Bambirra sobre os determinantes da dependência antes do processo de integração monopolista mundial, o terceiro capítulo – *As economias dependentes a partir da integração monopólica mundial* – tem como objetivo desenvolver as

consequências de tal movimento histórico na América Latina. Nesse sentido, são analisados os efeitos do processo de integração monopólica mundial sob o domínio das multinacionais na América Latina como um todo, sendo feito o estudo mais específico dos dois grupos de países e das condições internas que permitiram a industrialização, para, por fim, analisar as contradições e tendências do capitalismo dependente.

Finalmente, foram elaboradas as consequências específicas do processo para cada grupo e quais as condições internas que permitem o desenvolvimento industrial, considerando, por um lado, as diferenças intrínsecas e, por outro, o fato de comporem uma unidade latino-americana para, por fim, compor o quadro da dependência do século XXI.

CAPÍTULO 1

TEORIA DA DEPENDÊNCIA: PREMISSAS TEÓRICAS

A dependência existente entre os países latino-americanos e as nações imperialistas é multifacetada. São inúmeras as vertentes teóricas que ponderam a forma, os rumos e os limites de tal relação. Contudo, a Teoria Marxista que propõe a especificidade da gestação do capitalismo nos países dependentes.

Ao contrário de outros países latino-americanos, o debate no Brasil acerca da teoria da dependência não foi realizado de maneira tão intensa, com destaque às ideias de Celso Furtado, teórico cepalino, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Quanto à tradução para o português do principal livro de Vânia Bambirra, *Capitalismo Dependente latino-americano*, cuja primeira edição da publicação em Santiago de Chile é de 1972, ela apenas se deu no Brasil 40 anos depois, em 2019, de sua publicação em Santiago de Chile.

A metodologia deste trabalho, como ressaltado pela autora, é complexa:

...primeiro, compreender o caráter e as contradições do capitalismo dependente na fase de integração monopólica mundial, o que possibilitava explicar a profunda crise que este sistema atravessava; segundo, oferecer elementos para a reorientação da concepção estratégico-tática que guiava os movimentos revolucionários, o que se fazia imprescindível frente aos duros reveses sofridos por esses movimentos, que se deviam em grande parte aos seus equivocados pressupostos programáticos. (BAMBIRRA. 2019, p. 24).

A influência marxista é evidente na aproximação dialética do problema. É a partir do movimento descrito acima que Bambirra meticulosamente elabora seu trabalho: primeiro, ao analisar “*uma tipologia da dependência*”, divide dois tipos de países dependentes latino-americanos, evidentemente interligados ao desenvolvimento e dinâmica do capitalismo mundial; segundo, retoma o processo de “*integração monopólica*” e seus desdobramentos nas economias dependentes; terceiro, esboça quais as contradições presentes nos países de capitalismo dependente, bem como quais as perspectivas e tendências que acompanham seus movimentos.

As contradições engendradas pelo desenvolvimento dependente tenderão a se acentuar cada vez mais profundamente e necessitarão respostas cada vez mais radicais que, certamente, conduzirão a enfrentamentos agudos entre as classes dominantes e dominadas, entre a burguesia mais radical – o neofascismo – e a alternativa proletária – a revolução socialista. (Idem. Idem, p. 223).

Aníbal Quijano, um dos mais importantes sociólogos dessa corrente, por sua vez, em *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina* (2005) questiona a hegemonia da racionalidade e do pensamento europeu, branco, ocidental e suas implicações na gestação de uma identidade latino-americana – visa tornar “visível” os indivíduos que, aos olhos do poder, são invisíveis. Florestan Fernandes propõe, em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1975), a identificação das etapas do processo de colonização e quatro tipos de dominação externa, os quais identificam “uma projeção de background histórico e de sequência sociocultural” da América Latina. (FERNANDES. 1975, p. 19). Ao passo que o padrão de exploração colonial, inseparável do sistema de dominação externa, e a desagregação consequente da desestruturação do antigo sistema colonial representam, sobretudo, a realidade “concreta e permanente” desta dominação, esta só passa a ser qualificada enquanto imperialismo com a inserção de novos mecanismos de controle que se articulam de dentro e em todos os níveis da “ordem social”. (Idem. Idem, p. 15).

De acordo com Florestan Fernandes, foi a partir da Revolução Industrial e a subsequente reorganização da economia mundial e, posteriormente, também com o capitalismo monopolista, que a dominação externa se gestou em imperialista: agora, as influências externas não se limitam à organização da economia, como também da sociedade e da cultura – surge, como realidade histórica, o capitalismo dependente da América Latina, incapaz, em si, de criar e manter “condições estruturais e dinâmicas” possíveis de liderar o desenvolvimento econômico sem a sujeição dos poderes e interesses dos países centrais. (Idem. Idem, p.19).

1.1 – Enfoque teórico

A literatura emancipatória latino-americana é pujante. A combinação de um marxismo clássico às palavras de Marx, Lenin, Trotsky e Rosa Luxemburgo, com a especificidade social e histórica do continente, assumiu a metodologia chave para o enfrentamento da dependência¹.

Mas por que pensar neste dilema em tempos atuais? É imprescindível entender o mundo característico da América Latina, conectado no conjunto da dinâmica de acumulação capitalista, a fim de propor a superação dos problemas e desafios enfrentados pelo continente, bem como quais as perspectivas para o futuro. Há a especificidade de resistência, de luta, de enfrentando do quadro de subordinação da dinâmica capitalista. Como observa Vânia Bambirra:

O resultado final ao qual o desenvolvimento dependente conduz, é, portanto, a agudização das contradições entre a concentração do poder econômico e político das classes dominantes e o conjunto da classe dominada. Essa contradição, que leva à radicalização do regime político das classes exploradoras e assume, em muitos países, características neonazistas – das quais a melhor expressão é o Brasil – conduz a uma radicalização acentuada da classe operária, do campesinato pobre e de setores da pequena burguesia e das classes médias, apontando na direção da superação de suas ilusões nacionalistas e reformistas e orientando-se rumo a uma confrontação em termos de luta de classe. (BAMBIRRA. Idem, p. 217).

Tratar a história do continente, portanto, significa tratar sua história e memória de resistência, o que temos de construção de pensamento crítico, sobretudo a classe trabalhadora em seu enfrentamento contra os poderes de dominação constituídos. (QUIJANO. 2007). Enfrentar a dependência estrutural, para processo de uma revolução latino-americana, é reconhecer seu contexto na dinâmica capitalista. Romper com a dependência é romper com a estrutura capitalista, com o projeto dos antepassados.

O quadro teórico, portanto, encaixa-se na linha de pesquisa marxista, sobretudo no que diz respeito à dialética e ao materialismo histórico, indispensáveis na compreensão do fenômeno a ser observado, por permitir um

¹ Como apresentado pelo Professor Dr. Áquilas Nogueira Mendes na disciplina “Economia Política da América Latina: pensamento crítico e debates recentes”, oferecida no segundo semestre de 2020, no curso de Ciências Econômicas-FEA-PUC-SP.

olhar específico e subjetivo do papel assumido pelas economias dependentes, inseridas, e, em vista disso, diretamente influenciadas, em um quadro maior do modo de produção capitalista de cunho global.

1.2 – Breve história da dependência

A dependência na América Latina é um condicionante estrutural ou algo superável da acumulação capitalista? Desde sua formação capitalista, a dinâmica das economias dependentes é imposta pela lógica mundial do capital. Isto implica que *“suas possibilidades e limitações estão circunscritas pelas tendências”* dos regimes centrais. (CARCANHOLO. 2014, p. 8).

Embora tal fenômeno seja parte constituinte da “unidade dialética” do capitalismo mundial, o autor reforça a importância do papel dos condicionantes estruturais e determinantes históricos de tal dependência, isto é, de um longo processo de estruturação no papel secundário de tais economias na divisão internacional do trabalho. A dependência, por sua vez, representa a transferência do mais valor, produzido nas economias dependentes, para as economias centrais, de forma que uma fração da mais-valia, gerada nos países latino-americanos, não faz parte da dinâmica da acumulação interna.

Importante também ressaltar a especificidade histórica da dependência contemporânea, marcada pelas ações neoliberais e de desregulamentação de diversos mercados e abertura econômica. A complexificação da dinâmica neoliberal, por outro lado, leva à crescente integração de tais economias dependentes com ao ciclo econômico mundial, deixando-as ainda mais à mercê dos reveses internacionais. Desta forma, tal fenômeno não possui saídas eficazes sob a ótica do capitalismo, sendo apenas alternativas viáveis as que rompem com as políticas neoliberais ou que se colocam como antiliberais, anti-imperialistas e socialistas.

Sob outra perspectiva, Florestan Fernandes, ao tratar do capitalismo de origem colonial, ressalta a importância de considerar a historicidade do capital mercantil na América Latina que, ao longo de séculos, transformou-se em países de capitalismo dependente por não romper com *“certas órbitas históricas”*. (FERNANDES. 2015, p. 94). Nos países de capitalismo de origem colonial, o período de transição neocolonial e de descolonização contaram com a liderança

de classes burguesas incapazes de realizar a tomada de decisões e implementação de mudanças que rompessem, efetivamente, com o passado colonial, como ocorreu em Cuba. Desta forma, as medidas feitas tinham em vista privilegiar a posição do país no mercado mundial e, simultaneamente, fortalecer suas posições de poder, isto é, a manutenção do *status quo*: o caráter do Estado, durante a prolongada transição neocolonialista, é o que Florestan Fernandes adjetiva “*feitoria ampliada*”. (Idem. Idem, p. 94). Os donos da terra não possuem, como interesse de classe, a compreensão dos “*dinamismos revolucionários da ordem existente pelos problemas e dilemas sociais*”, justamente por ameaçar seu monopólio do poder. (Idem. Idem, p. 102). Segundo o autor, tais revoluções tidas como “*interrompidas*”, na realidade não o foram para as classes dominantes, sejam estas internas ou externas ao país. A interrupção ocorre, portanto, à medida que “*o circuito*” revolucionário se aproxima do compartilhamento dos dividendos com os “*menos iguais*” ou “*os de baixo*”, explicitando assim a potência conservadora dos resquícios coloniais. (Idem. Idem, p. 95). Como proposta para a superação destas repetições políticas, Fernandes afirma que posições de “*reforma*” e “*conciliação*” são apenas as formas de representar tal impasse, de maneira que, para superá-lo, é indispensável a destruição destes fenômenos que surgem e se limitam a beneficiarem “*os de cima*”.

Para Aníbal Quijano, “*a globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial*”. (QUIJANO. 2005, p.117). O autor ressalta a centralidade e indispensabilidade da criação da categoria de “*raça*” para que a engrenagem colonial (e, posteriormente, neoliberal globalizada) se gerisse:

Desse modo, *raça* converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (Idem. Idem, p. 118).

Simultaneamente, a dinâmica de exploração da força de trabalho era “*histórica e sociologicamente novas*”. (Idem. Idem). As diversas formas de “*controle e exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-*

distribuição” foram articuladas, de maneira inédita e global, a fim de servir a “*nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo global*”. (Idem. Idem).

Por outro lado, importante ressaltar a “raça” ligada a cada forma de exploração: a escravidão era papel dos negros, a servidão dos índios e “oliváceos” e o trabalho assalariado era associado, em sua maioria, ao branco. Tais generalizações também eram uma nova forma de classificação, ou, nas palavras de Quijano, em uma “*distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial*” (Idem. Idem, p. 119) e, com o tempo, o trabalho assalariado passou a ser visto enquanto privilégio da branquitude, relação adjetivada, pelo autor, de “*constitutivamente colonial*”. (Idem. Idem, p. 120).

Isso significa que todas essas formas de trabalho e de controle do trabalho na América não só atuavam simultaneamente, mas foram articuladas em torno do eixo do capital e do mercado mundial. Consequentemente, foram parte de um novo padrão de organização e de controle do trabalho em todas as suas formas historicamente conhecidas, juntas e em torno do capital. Juntas configuraram um novo sistema: o capitalismo. [...] Só com a América pôde o capital consolidar-se e obter predominância mundial tornando-se precisamente o eixo em torno do qual todas as demais formas foram articuladas para os fins do mercado mundial. Somente desse modo o capital transformou-se no modo de produção dominante. (Idem. Idem, p. 126).

A dualidade das condições presentes, o “confronto” entre os dinamismos aparentemente paradoxos – “*pré-capital/capital, não europeu/europeu, primitivo/civilizado, tradicional/moderno*” (Idem. Idem, p. 127) – são conceitos chaves e fundamentais para a compreensão das relações gestadas pela América dependente, ao lado da classificação racial. Esta, de certa forma, normalizadora das diversidades culturais presentes e da “*distorcida relocalização temporal de todas essas diferenças, de modo que tudo aquilo que é não europeu é percebido como passado*”. (Idem. Idem).

Em *O ‘polo marginal’ e ‘mão de obra marginal’* (1974 – publicado originalmente em 1970), Quijano afirma que a América Latina está interligada por um processo ou, em suas palavras, por uma “*configuração específica*” (QUIJANO. Idem, p. 394), delimitada, por um lado, pela diversificação e

expansão do modo de produção capitalista e, por outro, do desenvolvimento da força de trabalho. O primeiro está intimamente ligado com a segmentação e precarização das relações básicas de produção, impostas pela economia hegemônica, que dificulta e impede o desenvolvimento das estruturas internas da economia. É um processo de degeneração das funções econômicas, funções as quais passam, em alguns casos, a serem alheias ao processo de produção capitalista, isto é, deixam de dotar da capacidade de produzir valor e permitir a acumulação do capital. O segundo, por sua vez, implica na marginalização da mão de obra, com a possibilidade de acesso cada vez menor ao setor dominante da produção. É intimamente ligado ao primeiro, visto que, como consequência deste, ocorre uma constante deterioração dos salários e das condições de trabalho.

A repercussão destes dois processos de marginalização implica nos mecanismos de “*absorção, exclusão e depressão*” da força de trabalho. (Idem. Idem). Com a alteração da configuração da dinâmica, novas formas de dominação são gestadas: aqui reside o que Quijano denomina de “*mão de obra marginal*”. É o diferente acesso aos meios de produção, e, conseqüentemente, às formas dominantes e monopólicas, que determina o nível e tipo de produção e sua ligação com a economia latino-americana. O mesmo ocorre com o mercado de força de trabalho – este processo especialmente exacerbado pela nova dinâmica de exploração e de concentração do capital com o surgimento do capitalismo monopolista.

O desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista no continente foi gestado de maneira que outras formas foram desaparecendo e/ou novas formas foram sendo incorporadas aos poucos, embora não completamente, ainda coexistindo precariamente no setor primário. Ainda, a estrutura interna nunca está em situação de autonomia, pois, segundo o autor, as leis históricas específicas de tais formações são, na verdade, fruto dos mecanismos de articulação das formas dominantes e dependem de movimentações no capitalismo hegemônico para se rearticular. Dessa forma, a partir do momento em que as mudanças internas são incorporadas aos fragmentos e gestadas a partir de interesses dominantes, sem a possibilidade do desenvolvimento surgir dentro do próprio sistema, a dependência se agudiza.

A estrutura de produção e de dominação social e política da sociedade na América Latina são originalmente e constitutivamente dependentes das formas pelas quais, em cada momento de sua história, se articula com os processos históricos fundamentais do desenvolvimento do modo de produção capitalista, originários dos centros hegemônicos do sistema. (QUIJANO. 1973, p. 14. Trad. Livre)².

Na metodologia usada por Marx, é evidente o pensamento dialético e a forma de construir pensamentos com base em uma tese, antítese e síntese ao ressaltar as contradições. O pensamento dialético materialista afirma que a superestrutura é reflexo da base material. Ou, em outras palavras, o mundo concreto é concreto justamente por ser resultado de múltiplas determinações, as quais estão em constante e infinito processo de transformação. De maneira resumida, Marx reitera a dialética ao afirmar que na produção da vida social, isto é, no processo de gestação de uma forma de vida em sociedade, os homens “contraem” relações sociais entre si, não apenas necessárias, mas independentes de suas vontades. Tais relações refletem as condições materiais da fase de desenvolvimento em que se encontram, ou seja, correspondem ao grau de desenvolvimento dos recursos os quais estão disponíveis para a produção. Portanto, tal subjetividade no pensamento implica que o ser social é construído socialmente tendo em vista as condições de produção presentes em determinado momento histórico. É o conjunto de tais relações que condiciona não apenas a superestrutura econômica, mas também a formulação de valores, leis, costumes e instituições. (MARX. 1982, p. 25-6).

É de maneira semelhante que Quijano explica o conceito de “dependência”. A situação das economias dependentes é fruto não apenas da dinâmica capitalista hegemônica, como também da forma com que tais economias dependentes se relacionam com as metrópoles e das condições da estrutura interna de cada uma das economias latino-americanas. Ou seja, como as influências e limitações do capitalismo hegemônico são refletidas e

² No original: “La estructura de producción y de dominación social y política de la sociedad en América Latina es originaria y constitutivamente dependiente de los modos según los cuales, en cada momento de su historia se articula a los procesos históricos fundamentales del desarrollo del modo de producción capitalista, originados en los centros hegemónicos del sistema”.

incorporadas, em diferentes níveis de desenvolvimento do modo de produção interno, nas relações políticas, econômicas e sociais internas.

Em vista disso, o estudo de tais economias dependentes, com o objetivo de compreender as tendências e os fenômenos primordiais da sociedade latino-americana, *“deve necessariamente ser feito em relação aos mecanismos e padrões concretos de articulação desta sociedade ou, em outras palavras, deste nível de desenvolvimento da sociedade capitalista, com o nível hegemônico do sistema em cada momento”*. (QUIJANO. 1973, p. 15. Trad. Livre)³. O desenvolvimento das economias dependentes, portanto, seguem as necessidades e tendências das economias capitalistas hegemônicas, e, mais especificamente, como os *“padrões e mecanismos”* das economias dependentes poderiam ser pensados de forma a intensificar *“novos fins de dominação”*. (Idem. Idem).

Somadas a estas constatações é importante lembrar que as estruturas produtivas capitalistas de caráter hegemônico nunca foram transferidas e absorvidas de forma integral, ou seja, nunca foram realizadas de forma completa, sistemática e homogênea: *“o subdesenvolvimento é assim uma função historicamente necessária do caráter dependente da estrutura de dominação interna destes países e do caráter irregular e combinado da sua composição estrutural”*. (Idem. Idem, p. 16. Trad. Livre)⁴.

Em suma, os diversos níveis de desenvolvimento presentes nas economias dependentes refletem os diferentes momentos históricos de inserção de novas etapas de dominação, todos coexistindo interna e simultaneamente. (Idem. Idem, p. 17). Assim, em contramão do que ocorre nos países hegemônicos, nos quais o advento de uma nova fase do modo de produção significa a extinção da anterior, nos países dependentes, as etapas *“tendem a serem todas presentes e ativas”*, rearticuladas *“de acordo com a hegemonia de uma delas em cada momento, sendo o curso de erradicação das mais antigas*

³ No original: “... tiene que hacerse necesariamente en relación con los mecanismos y patrones concretos de articulación de esta sociedad o, en otros términos, de este nivel de desarrollo de la sociedad capitalista, con el nivel hegemónico del sistema en cada momento”.

⁴ No original: “El subdesarrollo es, así, una función históricamente necesaria del carácter dependiente de la estructura de dominación interna de estos países, y del carácter desigual y combinado de su composición estructural”.

muito mais lento e difícil". (Idem. Idem, Trad. Livre)⁵. É em vista desta dinâmica única que Quijano afirma o caráter *"dominado, dependente, desigual, combinado e subdesenvolvido"* (Idem. Idem, Trad. Livre)⁶ da estrutura produtiva da América Latina. Por isso, afirma em diversos artigos, América Latina tem de libertar-se da *"colonialidade de poder"*. Porém, para ele, *"Colonialidade é um conceito diferente de colonialismo, embora a este vinculado"*. (Idem. 2014. p. 285, nota 1). *"Colonialismo"* refere-se estritamente a uma antiga estrutura de dominação e exploração externa à população que explora, enquanto *"colonialidade"* é mais profunda e duradoura, porque designa uma dominação interna, exercida pelas classes dominantes que detém controle e domínio local sobre as populações, os recursos de produção e de seu trabalho.

1.3 – O capitalismo hegemônico hoje

Para compreender a dinâmica da dependência hoje, com a hegemonia do liberalismo financeiro, deve-se, em primeiro lugar, retomar a discussão de Marx acerca da lei do valor, das funções do dinheiro e do capital portador de juros. Marx descreve que, dentre as funções do dinheiro (Livro I, Capítulo 3), uma delas é a de meio de entesouramento, isto é, a função de reserva do valor de troca. Contudo, enquanto reserva, ele não pode ser qualificado como capital. Entretanto, pode ser adjetivado como *"capital vadio"* ou *"potencial"*, como expressam Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani, pois tal reserva – à espreita da circulação – pode ser emprestada ao capital comercial ou industrial e, com isso, valorizar-se (sem metamorfose, sem compra e nem venda, apenas D - D'). (NAKATANI; MARQUES. 2009, p. 28). Este capital portador de juros se estrutura a partir de um processo da acumulação primitiva, juntamente com o capital mercantil, uma vez que, para sua concretização, é imprescindível o acúmulo do dinheiro. E é justamente sob a forma de dinheiro que este capital se manifesta pela primeira vez. Por estar na forma líquida, pode se movimentar de acordo com

⁵ No original: "...tienden a estar todas presentes y activas y las etapas de cambio no constituyen la sustitución entre unas y otras, etapa tras etapa, sino su rearticulación en función de la hegemonía de alguna de ellas en cada momento, siendo muy lento y dificultoso el curso de erradicación de las más antiguas, dentro del proceso normal del sistema".

⁶ No original: "... dominada, dependiente, desigual y combinada y subdesarrollada".

o retorno esperado e, em vista disso, circula por diversos setores da economia, não se restringindo a apenas um ramo. (Idem. Idem).

Aqui o capital não está envolvido no processo de produção de mercadorias, isto é, na organização do processo produtivo, na compra da força de trabalho e na aplicação do capital constante, nem tampouco em sua posterior circulação, ou seja, em sua troca. Todavia, da mesma maneira que a divisão do trabalho propiciou a especialização da produção de cada setor, e criou uma classe de capitalistas que se empenha em comprar e vender as mercadorias para o consumidor final, o capital portador de juros cria um segmento “patrimonial” próprio: aqueles que detêm a liquidez cedem, por meio de uma relação jurídica, por meio de um contrato, aos que não a possuem, mediante o pagamento de juros – em poucas palavras, os juros seria a quantidade de valor recebida pelo credor por abrir mão do embolsamento. Ao ceder o uso do dinheiro, o credor exige o retorno, ao ponto de partida, do empréstimo e *“ainda de retornar como capital realizado, positivando seu valor de uso de produzir mais valia”*. (MARX. Livro III, Capítulo 25, p. 455). Isto ocorre na medida em que lança o dinheiro na circulação a fim de outro toma-lo de empréstimo: o dinheiro passa a ser capital. A obrigatoriedade da devolução, por outro lado, não leva em consideração o resultado obtido pelo devedor. A detenção do dinheiro se caracteriza como motivo suficiente para a exigibilidade dos juros, negligenciando o fato deste ser deduzido do lucro.

Em contramão com as outras formas de capital citadas aqui, o proprietário deste dinheiro sob a forma de capital não concretiza sequer uma fração do processo de produção capitalista, aquele pelo qual o capitalista industrial inicia ao contratar mão de obra assalariada. Por outro lado, muito menos aquele fruto do capitalista comercial, ou atacadista, que fecha o ciclo da metamorfose (e, conseqüentemente, abre portas para o próximo ciclo, visto que tal processo não possui limites) ao comprar e, posteriormente, vender ao consumidor final. Tendo isso em vista, o retorno do dinheiro, sob a ótica do capital portador de juros, apenas arremata o processo realizado pelo credor, ou seja, coloca o fim na concessão do dinheiro neste determinado período de tempo.

Deste modo, a especificidade de sua existência pode ser mais visivelmente compreendida pelo fenômeno do fetichismo, tratado por Marx no

primeiro capítulo de sua obra: *“dinheiro que gera dinheiro, valor que se valoriza a si mesmo sem processo intermediário que liga os dois extremos”*. (Idem. Idem, p. 441). Como ensina Marx, o dinheiro por si só possui intrinsecamente a capacidade de multiplicar-se. Assume assim um novo valor de uso: o de criar lucro, rentabilidade para o capital. Dentro deste capital portador de juros, deriva o chamado capital fictício, forma ainda mais reificada, na qual é ainda mais, como qualifica Marx, *“fantasmagórica”* a origem da mais valia.

Com a ascensão da mundialização financeira, sobretudo fruto da adoção, em escala mundial, de uma taxa de juros flexível, o mercado de câmbio, e, com ele, o protagonista da liberalização, o capital portador de juros, o controle de movimento de capitais com o exterior foi desregulamentado. (CHESNAIS. 2005, p. 46). Esta nova dinâmica possibilitaria a formação de um novo padrão de acumulação, enraizado nos dividendos e mercados de ações. Como ressalta François Chesnais, em *“O capital portador de juros”*, três elementos são relevantes para a criação e manutenção dessa nova ordem: a desregulamentação, a descompartimentalização dos mercados financeiros nacionais e a desintermediação, isto é, *“a abertura das operações de empréstimos, antes reservadas aos bancos, a todo tipo de investidor institucional”*. (Idem. Idem).

Contudo, como este novo padrão de acumulação se daria, visto que, embora conectados, o capitalista industrial e o *“proprietário acionista”* (Chesnais), desempenham funções diversas? Com a centralização intensa do capital financeiro bem como pela exterioridade deste capital no processo produtivo, as relações, antes pautadas, sobretudo, pela detenção dos meios privados de produção, agora são ditadas pelo mercado bursátil. Neste mercado a preocupação primordial está em tornar líquida, o quanto antes, a rentabilidade possuída pelo acionista. Desta forma, com a mesma velocidade e intensidade com que se insere em determinados setores, retira-se. São inúmeras as consequências de sua intensidade e volatilidade.

No caso do investimento, afirma Chesnais, o impacto ocorre ao passo que as taxas de lucro decrescentes desestimulam o reinvestimento e, em certa medida, os investimentos tidos como rentáveis se reduzem. Com isso, a distância entre as taxas de investimento e de lucro, que até meados da década

de setenta possuía comportamento semelhante, passa a aumentar. Por outro lado, a necessidade do retorno (e, portanto, crescimento) a curto prazo, coloca em xeque o padrão de acumulação do capital antes conhecido e, no centro desse processo, surge o capital “*patrimonial*”. (Idem. Idem, p. 59). O obstáculo é visível na desterritorialização das condições de crescimento mundiais de médio a longo prazo, seguido do aumento da parcela não reinvestida do lucro. E, por mais que esta estrutura financeira exija a formação de uma cadeia hierárquica extensa, as repercussões atingiram, inclusive, os Estados Unidos da América, país de economia hegemônica, onde a magnitude das especulações alcançou o ápice com a crise de 2008.

Paralelamente a relação entre capital-trabalho se reconstrói: a desregulamentação do mercado não se restringiu ao mercado financeiro, mas se estendeu a todas as esferas da economia, atingindo também os mercados de trabalho. O crescimento da taxa de desemprego foi acompanhado pelo aumento da parte do lucro não reinvestido, como apresenta Michel Husson. (HUSSON. *Apud* Chesnais, Idem). Somado a maior produtividade à incorporação de novas tecnologias e à queda da parcela do capital variável na composição orgânica do capital, a desregulamentação do mercado de trabalho foi acompanhada por sua descentralização ou “*deslocalização*”, como caracteriza Chesnais (Idem. Idem, p. 55). O que oportunizou profunda desregulamentação e flexibilização do trabalho, com redução salarial. Dito isto, a utilização da mão de obra barata é propagada. O capital penetra regiões onde a legislação trabalhista é debilitada e, com isso, a exploração do trabalho insuficientemente regulamentada é legitimada.

Igualmente perturbados são os países periféricos do capitalismo mundial, os quais, a fim de promoverem o desenvolvimento com auxílio do capital portador de juros altamente seletivo, acabaram por se enveredarem em altos patamares de dívidas externas, posteriormente utilizadas como estratégia de imposição na adoção de políticas austeras, estruturais e voltadas para a liberalização dos países periféricos.

Em suma, o ponto medular da discussão é aquele ponto ancestral discutido longamente por Marx em sua obra: a repartição do excedente não apropriado pelos salários, isto é, a porção destinada aos salários e ao lucro, a

mais valia transmutada. Todavia o lucro, por sua vez, divide-se em parcelas não distribuídas e reinvestidas e, por outro lado, na fração utilizada no pagamento de juros, dividendos e aquisição de ações. A taxa de investimento, afetada, sobretudo, pela diminuição dos salários e, conseqüentemente, do consumo, como também pela queda do lucro reinvestido, é então duramente transtornada. O crescimento a longo prazo é prejudicado, pois imprescindível à variável investimento e, com isso, este ciclo “vicioso” é reiniciado, intensificando ainda mais o desemprego e, com ele, a lentidão do crescimento. (CHESNAIS. 2005, p. 58).

Historicamente na América Latina este fenômeno de “neoliberalização” da economia se iniciou em fins da década de 1970: “o neoliberalismo redimensiona as relações de dependência ao desestruturar as políticas de substituição de importações e criar novas formas de vinculação da região à economia mundial”. (MARTINS. 2005, p. 139).

Ainda, segundo o autor:

Com a ascensão do neoliberalismo à ideologia hegemônica, distinguiram-se duas grandes fases de articulação da América Latina à economia mundial. Uma primeira, de financeirização, que se inicia em fins dos anos 1970, mas que revela crescente esgotamento a partir de meados dos anos de 1990, e a outra de acumulação produtiva, que se insinua, desde então, ainda que apresente muita debilidade. (Idem. Idem, p. 141).

Como consequência da primeira fase (a financeirização), há o negligenciamento dos setores de “maior valor agregado”, desenvolvido por anos de políticas de substituição de importações. Como citado anteriormente, a preocupação passou a ser a viabilidade do rolamento da dívida externa e a necessidade de transferência de capital internacional ao continente a fim de financiar o saldo negativo na conta corrente. A segunda fase, por outro lado, se diferencia sobretudo no caráter de estar baseada nas taxas de lucro, e não nas de juros, com destaque à “manutenção das políticas neoliberais que vinculam o crescimento econômico aos déficits comerciais”. (Idem. Idem).

O movimento que se segue desta segunda fase é o descrito por Chesnais, pautado na superexploração do trabalho, na contração da demanda interna e no financiamento de resultados negativos nos fluxos de capitais. A dinâmica, contudo, é propícia para a geração de conflitos sociais e políticos que, por sua

vez, muitas vezes não auxiliam na obtenção do equilíbrio macroeconômico. O padrão histórico a ser quebrado, aqui, seria o rompimento dos fluxos negativos com o exterior, visto que a subordinação ao capital estrangeiro e a baixa competitividade do continente não é capaz de se sustentar com firmeza. Contudo, como será explicitado nos próximos capítulos, sob a ótica de Vânia Bambirra, tal rompimento não possui a possibilidade de ser realizado dentro dos limites do capitalismo dependente.

CAPÍTULO 2

O CAPITALISMO DEPENDENTE DA AMÉRICA LATINA: A INTERPRETAÇÃO DE VÂNIA BAMBIRRA

2.1 – O método de Vânia Bambirra

Vânia Bambirra inicia seu livro *O capitalismo dependente latino-americano* (1. ed. 1972) ressaltando o caráter indissociável entre os países de capitalismo dependentes e a evolução do capitalismo mundial. (BAMBIRRA. 2019, p. 33). Com a Segunda Guerra Mundial, os países latino-americanos passam por um período de ricas transformações no sistema produtivo. Simultaneamente, o movimento histórico da economia estadunidense, com o desenvolvimento de sua capacidade produtiva e de dominação, culmina no processo de “*monopolização, centralização e concentração da produção por parte das empresas multinacionais*”. (Idem. Idem, p. 33). Esse movimento altera “*o sentido da industrialização*” nos países dependentes, seja em países cuja industrialização já havia se iniciado, seja em países não industrializados. Seja qual for o caso, a autora ressalta que “*essas transformações estão relacionadas à aplicação dos investimentos das grandes empresas estrangeiras, particularmente as estadunidenses, no setor manufatureiro*”: aqui consiste a “*base material e o sentido*” (Idem. Idem) norteadores do processo de industrialização dos países de capitalismo dependente.

Contextualizado o período histórico, a autora ressalta a insuficiência ou inadequação teórica das tentativas anteriores, sobretudo Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, em explicar o porquê do desenvolvimento do capitalismo dependente. À vista disso propõe a redefinição do ponto de partida do estudo, isto é, do próprio conceito de *dependência*. Diferentemente da tentativa de outros autores em caracterizar a dependência enquanto “*fenômeno externo*” e “*coercitivo*” ao sistema latino-americano, a autora a coloca como a categoria analítico-explicativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas e explica:

...através dela procuramos definir o caráter *condicionante concreto* que as relações de dependência entre centro-

hegemônico e países periféricos tiveram, no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais atrasadas e dependentes. (Idem. Idem, p. 38. Grifos no original).

A fim de contemplar tal metodologia, a autora inicia o estudo com a contextualização das características gerais dos países latino-americanos no pós Segunda Guerra (vista que representa o corte temporal da nova fase monopolista do capitalismo), para posteriormente, ao compreender as especificidades, classificá-los em *tipos*.

A aproximação teórica de sua análise é *“histórico-estrutural”* (Idem, p. 40), pois leva em consideração dois movimentos inseparáveis e paralelamente diversos. Em primeiro lugar, a noção de que as economias dependentes fazem parte de um *todo* representado pela dinâmica capitalista mundial e, portanto, que são em parte reflexos da *superestrutura*. Isso implica que a dependência ao capitalismo mundial *“(que se manifesta historicamente através da dependência em relação a um centro hegemônico) é uma situação condicionante do desenvolvimento das sociedades latino-americanas”*. (Idem. Idem). Em segundo lugar, a concepção de que a dependência representa um condicionante importante na estrutura econômica, que enfrenta *“possibilidades estruturais”* (Idem. Idem) delimitadas *a sua própria estrutura*.

Nas palavras de Bambirra:

Não existe um condicionamento absoluto – como uma interpretação mecanicista poderia deduzir –, mas um condicionamento dos parâmetros dentro dos quais atuam uma série de contradições cujas interações, choques e lutas dão as alternativas ou possibilidades históricas de ação e funcionamento aos setores e classes sociais que se formam dentro desses parâmetros gerais, nos quais as opções de política econômica e social se tornam possíveis. (Idem. Idem, p. 40-1).

A principal crítica feita pela autora às tentativas anteriores de formalização da teoria da dependência se dirige ao fato de que tais autores

Não compreendem que o “atraso” dos países dependentes foi uma *consequência* do desenvolvimento do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, a condição desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais. (Idem. Idem, p. 44. Grifos no original).

Embora Bamberger cite outros teóricos, sua principal crítica é o livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, 1970). De acordo com a autora, ainda que os autores tenham acertado na tipologia histórico-estrutural, a ausência de uma análise econômica imprime ao trabalho um caráter “estático”, sem compreender os meandros e minúcias de um *processo* histórico econômico, composto por “*leis e contradições*”. (Idem. Idem, p. 49). Ademais, negligenciam acontecimentos históricos notadamente importantes na história do capitalismo mundial entre a segunda metade do século XIX e início do século XX. Por outro lado, simplificam, em certa medida, o debate das economias dependentes à classificação das colônias, enquanto colônias de povoamento ou colônias de exploração e, com isso, minimizam o papel de todo o processo de uma ruptura colonial e dificultam a tipificação em grupos de países dependentes. Por fim, a autora enfatiza a carência da análise no período pós Segunda Guerra, primordial para a análise das economias dependentes latino-americanas.

Definida a metodologia e colocadas as críticas, Bamberger propõe a divisão entre dois grupos de países latino-americanos, tendo como base dois princípios norteadores:

a) o período histórico em que se observa a integração dos países periféricos aos de países de capitalismo hegemônico;

b) a noção de que “*a dependência econômica engendra os parâmetros das possibilidades estruturais*”. (Idem. Idem, p. 61).

São duas as estruturas existentes em tal momento histórico: “*estruturas diversificadas, nas quais ainda predomina o setor primário-exportador, já existindo, porém, um processo de industrialização em expansão*” e, simultaneamente, um segundo grupo de países composto por estruturas primário-exportadoras, cujo setor secundário ainda estava composto quase exclusivamente por indústrias artesanais. Nos dois casos, afirma, “*o processo de industrialização será um produto da integração monopólica mundial*”. (Idem. Idem, p. 55).

À influência de Aníbal Quijano, a autora reconhece o caráter “subjugador” da indústria, mesmo em países de industrialização tardia, aos outros setores produtivos, que, com o movimento de industrialização, passam a assumir papel secundário no desenvolvimento econômico. (Idem. Idem, p. 61).

De acordo com sua análise, seriam seis os países cujo processo de industrialização havia se iniciado antes do pós II Guerra Mundial: Brasil, México, Argentina, Chile, Uruguai e Colômbia. Ainda que cada país estivesse em diferentes graus de desenvolvimento do parque industrial, Bamberger classifica um primeiro grupo como “países do tipo A”, ou “países com início antigo de industrialização”. (Idem. Idem, p. 58). O segundo grupo de países, do tipo B, possuem em comum, como dínamo de tal processo industrializante, o papel e domínio do capital estrangeiro. São os “países cuja industrialização foi produto da integração monopólica”, composto por Peru, Venezuela, Equador, Guatemala, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Cuba, República Dominicana, Nicarágua, Bolívia e Panamá. (Idem. Idem, p. 60).

O limiar entre as características gerais dos países dependentes e aquelas particulares de cada tipo é dado pela compreensão de quais são os condicionantes da industrialização e quais as consequências geradas por tal movimento no que diz respeito à organização e dinâmica das estruturas internas dos países. (Idem. Idem, p. 62). A discussão de tais condições é a discussão acerca dos interesses das classes sociais envolvidas no processo de industrialização, classes as quais “impulsionaram seu desenvolvimento e seus limites, definindo assim as contradições geradas”. (Idem. Idem).

2.2 – As economias dependentes antes da integração monopólica mundial de 1945

O processo de industrialização latino-americano está intimamente ligado ao movimento de substituição de importações, fenômeno que se inicia a partir da restrição de importações de bens manufaturados. Inicialmente, a substituição começa a partir da restrição de bens de consumos leves, para, então, se direcionar aos de consumo duráveis e, pouco a pouco, adentrar os de bens de produção intermediários e pesados. Tal restrição permitiu que as divisas geradas pelo setor primário exportador pudessem ser direcionadas para a importação de bens de capital duráveis. Dessa forma, o desenvolvimento industrial nacional passa por uma transformação qualitativa, adquirindo certa autonomia na produção de bens anteriormente importados e, portanto, em relação aos mercados hegemônicos. (Idem. Idem, p. 64). Todavia, o processo de substituição

de importações em si não é condição suficiente para impulsionar o desenvolvimento industrial.

Nos países do *tipo A*, já se fazia presente condição interna favorável à política de substituição de importações: a existência de um mercado interno nacionalmente articulado a moldes capitalistas, isto é, com base nas relações de produção capitalistas nos setores primário exportadores. (Idem. Idem). Em outras palavras, a presença de classes antagônicas no modo de produção, ou seja, de uma classe de proprietários dos meios de produção em contraposição com a classe ofertante da força de trabalho. Tal produção “*tipicamente capitalista*” (Idem. Idem, p. 65) já existia desde o século XIX, sobretudo na pecuária argentina, uruguaia e mexicana e no setor cafeeiro brasileiro.

A questão que se coloca é: quais condições permitiram o desenvolvimento de tais relações capitalistas de produção e o subseqüente crescimento do mercado interno?

De acordo com Bamberger, assim como a indagação à questão do por que o capitalismo é *dependente* na América Latina, o ponto de partida para o debate acerca das classes reside nas mudanças ocorridas no capitalismo hegemônico a partir do século XIX. Na Europa, mais especificamente na Inglaterra, este período é caracterizado pelo desdobramento da segunda Revolução Industrial, cujas “*transformações [...] determinam um novo ciclo de expansão capitalista*”. (Idem. Idem). Como resposta à expansão que ocorria nos países de capitalismo hegemônico, o capitalismo dependente necessita reorganizar o seu papel enquanto fornecedor de produtos primários – processo que Bamberger denomina de “*transformações modernizadoras*”. (Idem. Idem, p. 67). Como assinala a autora, são duas as exigências que surgem. Em primeiro lugar, repensar a produção de forma que responda à crescente demanda por matérias primas e insumos agrícolas por parte dos países de capitalismo avançado. (Idem. Idem, p. 66). Em segundo lugar, a reorganização de seus mercados internos, com o objetivo de consumir em maior escala os produtos manufaturados dos países hegemônicos. Para Bamberger, então, a questão a ser examinada é

...como nesses países o mesmo processo que gera a divisão internacional do trabalho é aquele que, por sua vez, cria as condições para a expansão dos mercados nacionais e engendra, portanto, os elementos de superação das economias fundamentalmente exportadoras. (Idem. Idem, p. 67).

A primeira característica de tais transformações é a predominância da força de trabalho assalariada nos principais setores da economia. A proletarianização dos trabalhadores, inclusive os do campo, representa *“a melhor forma de entrelaçamento entre os países dependentes e os países capitalistas avançados”*. (Idem. Idem, p. 68). Ainda, afirma que tal proletarianização só ocorre na medida em que é *necessária* ao movimento do capitalismo mundial. Todavia, a reprodução da forma assalariada, assim como do modo de produção, não é feita *“de forma completa, sistemática e homogênea”*. (QUIJANO. *Apud* BAMBIRRA, p. 68). Com tal reestruturação social da produção, é evidente que o poder das oligarquias é rearranjado. Sua influência se estende, agora, para além do setor agroexportador.

A segunda característica aponta sobre as transformações ocorridas no sistema produtivo, tanto no caráter das forças produtivas quanto das condições tecnológicas. O que se observa é, de um lado, o crescimento do dinamismo do setor produtor exportador e, de outro, o desenvolvimento de setores ditos complementares ao exportador. No que diz respeito à primeira característica, ressalta-se a maior *“capacidade de absorção de mão de obra em condições salariais relativamente maiores, ampliando assim o mercado interno”*. (Idem. Idem, p. 70). Em relação à segunda, a autora assinala o papel primordial dos novos setores em criar nova demanda de mão de obra e o fato de que sua dinâmica não está intrinsecamente ligada ao setor exportador – uma vez que seu desdobramento *“promove um novo processo econômico e se vincula também a esse novo processo econômico que é progressivamente gestado na sociedade: o processo de industrialização”*. (Idem. Idem, p. 71). Isto é, tais setores não são apenas complementares.

A demanda por produtos manufaturados é dividida, portanto, entre a demanda criada pela classe burguesa, que se apropria da mais valia, e a criada pela classe trabalhadora, que é criadora da mais valia. O consumo de bens manufaturados por parte da burguesia é classificado por Bamberra como um prolongamento do mercado de consumo dos países centrais e, dessa forma, dependente do desempenho do setor exportador. O consumo da classe trabalhadora, em contrapartida, é crescente e se restringe a produtos nacionais. Isso posto, consiste em fator estimulador da industrialização do país. Esses são

os motivos primordiais do setor exportador de estímulo ao desenvolvimento da indústria interna.

Por outro lado, nos setores complementares, além das razões apresentadas acima, duas características adicionais são desenvolvidas enquanto capazes de dinamizar a industrialização dos países de *tipo A*. Em primeiro lugar, por serem setores fundamentalmente urbanos, isto é, mais próximos aos grandes centros consumidores. Em segundo, por estarem ligados aos centros urbanos, cuja dinâmica de crescimento é intensa e cada vez mais independente do setor exportador, os setores complementares intensificam um novo processo – o do capitalismo urbano. (Idem. Idem, p. 73).

Dessa forma, ainda que o desenvolvimento do setor exportador e dos setores complementares responda às necessidades do capitalismo hegemônico, o mercado e a estrutura interna manifestam dinâmica própria, “*resultante do desenvolvimento da indústria e que funciona segundo leis específicas do novo modelo de capitalismo dependente*”. (Idem. Idem, p. 74). A autora ressalta:

A análise de todo esse processo de formação do mercado interno e de desenvolvimento das relações capitalistas de produção – que apontam no sentido do desenvolvimento urbano industrial – permite revelar como *a situação de dependência em relação aos centros hegemônicos condicionou os marcos gerais das estruturas econômicas produtivas dos países atrasados e como, ao mesmo tempo, estas estruturas são redefinidas em função das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo dependente*. (Idem. Idem. Grifos no original).

No entanto, vale mencionar que a organização interna de tais países era favorável à dinamização crescente dos setores anteriormente citados e à implementação do processo de substituição de importações. Primeiramente, possuíam mercado interno estruturado e, segundo, o setor industrial era pautado em relações de produção capitalistas – condições que eram ainda inexistentes nos países de *tipo B*.

Bambirra assinala os limites e as possibilidades do desenvolvimento da indústria nos países do *tipo A*. Nesses países, até o pós-guerra, o processo de industrialização, ainda que não tão intenso, era liderado pelas classes oligárquicas dominantes. É dessa dinâmica oligárquica que, de maneira específica a cada país, se desenvolve uma burguesia vinculada à indústria. (Idem. Idem, p. 76). Simultaneamente ao desdobramento dessa nova classe é o

surgimento da classe industrial nesses países – ambos processos representando a consequência e causa da modernização periférica. Aqui reside o elemento dialético fundamental:

Em outras palavras, é o funcionamento do capitalismo mundial que, ao especializar as economias periféricas como monoprodutoras, provoca sua modernização, o que, por sua vez, gera os elementos para a diversificação da produção através do desenvolvimento da indústria, uma diversificação que conduz à superação da especialização e da divisão internacional do trabalho sob as formas existentes até então, afirmando assim a lei do desenvolvimento desigual e combinado. [...] É esse movimento essencialmente contraditório que define as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente nesse período. (Idem. Idem, p. 77).

Concluindo, o capitalismo latino-americano não aniquilou os modos de produção anteriores ao capitalista – característica que define todo o processo e desenvolvimento da indústria na América do Sul. Ao contrário, a “*superação lenta e contínua*” dos modos de produção implica na constante disputa entre os interesses oligárquicos e industriais (Idem. Idem, p. 78-9): conseqüentemente, a classe burguesa está intrinsecamente limitada à oligárquica. Segundo a autora, o desenvolvimento industrial ocorre em meio à dinâmica oligárquica, pois “o surgimento dos empresários industriais é produto da simbiose de setores da oligarquia com setores industriais”. (Idem. Idem, p. 80). Rigorosamente, o continente sul americano não foi palco de uma “*revolução burguesa*”. Contudo ocorreu um processo histórico no qual a burguesia industrial mostrou-se capaz guiar “o curso e o sentido” da industrialização dos países dependentes. Até a Segunda Guerra, o imperialismo ainda não havia se estabelecido enquanto integração monopólica mundial sob a influência do modelo da grande empresa multinacional. (Idem. Idem, p. 97). Em vista disso, a burguesia industrial nacional ainda era capaz de fortalecer seu caráter nacional – “*como uma classe cujos interesses fundamentais estavam vinculados a um projeto próprio de desenvolvimento da nação que foi levado a cabo durante toda uma etapa histórica*”. (Idem. Idem, p. 98). Todavia, a relativa “autonomia” da burguesia industrial não significava a inexistência ou incapacidade da dominação imperialista, pelo contrário, representava uma “coexistência” com ela. (Idem.

Idem, p. 99). É posteriormente, com a intensificação do imperialismo monopólico, que se verifica a desnacionalização da burguesia. (Idem. Idem, p. 98).

Como consequência do quadro exposto acima, dois foram os resultados nos países de *tipo A*: em primeiro lugar, a dominação ocorria nos setores primários, permitindo que a burguesia nacional desenvolvesse o setor industrial. Em segundo, os conflitos bélicos impulsionaram o maior ritmo da indústria. (Idem. Idem, p. 98-9).

Ao contrário dos países do *tipo A*, as condições para o desenvolvimento da indústria, nos países do *tipo B*, não estavam ainda presentes no período anterior à segunda metade da década de 1940. Dentre elas, o destaque cabe à ausência de um mercado interno estruturado sob moldes capitalistas, que assumisse o papel de eixo central para o desenvolvimento da industrialização (Idem. Idem, p. 107), e à impossibilidade de que as “*transformações modernizadoras*” alterassem significativamente a estrutura econômica, política e social vigente, sobretudo no que diz respeito à hegemonia das classes internas dominantes. (Idem. Idem).

CAPÍTULO 3

AS ECONOMIAS DEPENDENTES A PARTIR DA INTEGRAÇÃO MONOPÓLICA MUNDIAL

Elaborados o método e a interpretação sociológica de Vânia Bambirra sobre os determinantes da dependência antes do processo de integração monopolista mundial⁷, este capítulo tem como objetivo desenvolver as consequências de tal movimento histórico na América Latina. Posteriormente, será feito o estudo mais específico dos dois grupos de países e das condições internas que permitiram a industrialização, para, por fim, analisar as contradições e tendências do capitalismo dependente.

3.1 – A integração monopolista mundial e seus efeitos na América Latina

O período de desenvolvimento pelo qual os Estados Unidos passaram desde o final do século XIX se consolidou com a Segunda Guerra. Sua economia se expandiu de forma nunca vista antes (BAMBIRRA. Idem, p. 121), e sua influência fez com que se tornasse o país hegemônico na liderança do bloco capitalista. Este quadro “*cria as últimas condições para a fase de integração monopolista mundial deste bloco*”. (Idem. Idem).

Os Estados Unidos detinham o monopólio do conhecimento tecnológico e suas aplicações, e atraíam enorme densidade de cientistas. Um novo ciclo produtivo se inicia sob a aplicação e tutela das novas descobertas científicas. Isto posto, eleva a produtividade estadunidense a níveis muito superiores aos dos demais países capitalistas. A autora fala de outros prolongamentos:

Os efeitos desse processo sobre a organização do trabalho, sobre o sistema de propriedade capitalista, sobre a administração empresarial, sobre as técnicas de venda, de publicidade etc., além dos efeitos culturais – que assumem formas particulares na sociedade americana, com tradições muito recentemente construídas, em uma população com as

⁷ Aqui, vale ressaltar que a autora utiliza o termo para se referir ao processo de integração monopolista mundial sob o domínio das multinacionais, com o fim da II Guerra Mundial. Com a redefinição da dinâmica da dominação mundial, o tripé estruturador das economias dependentes passa a ser composto pelo Estado e pelo setor privado nacional e internacional (sob as multinacionais).

mais diversas origens –, todos esses fatores permitem que os Estados Unidos acumulem em suas mãos os elementos de domínio mundial. [...] Todos os fatos apontados revelam a inevitável situação de hegemonia mundial capitalista. (Idem. Idem, p. 122-3).

A conjuntura da segunda metade do século XX permitiu a consolidação da hegemonia estadunidense e, ainda, a criação das condições para a consolidação de *"todo o processo de integração empresarial, comercial, financeira, política, militar e cultural"*, o que se deu, segundo a autora, através da proliferação de empresas multinacionais. (Idem. Idem, p. 123). As consequências não foram sentidas apenas no campo econômico, como também na organização e dominação cultural que o país passa a ter sob o bloco.

Esse novo momento do capitalismo mundial altera o caráter da dependência latino-americana. Como trabalhado anteriormente, dois grandes momentos definem o curso do desenvolvimento do capitalismo dependente. A primeira fase constitui o período do final do século XIX até meados da década de 1940, cujas transformações e reflexos na América Latina foram discutidos no segundo capítulo desta monografia. A segunda fase, com a consolidação do capitalismo imperialista monopólico, marca a criação de um novo caráter de dominação. Segundo Bamberger, entre 1951 e 1955 a América do Sul foi a região com maior entrada líquida de capitais, com cerca de 30% do total mundial. (Idem. Idem, p. 124).

A fase imperialista é caracterizada não apenas pela hegemonia estadunidense, *"mas também, e, fundamentalmente, pela forma e orientação que tomará tal expansão"*. (Idem. Idem, p. 124-5). Já tendo obtido controle das matérias primas e mercados, como também sugestionado o rumo das economias latino-americanas, os países hegemônicos passaram a direcionar seus interesses no setor de investimentos nas economias dependentes – sobretudo no setor manufatureiro. O novo formato da dominação é fruto da *"penetração sistemática do capital estrangeiro, em especial do capital estadunidense, no setor mais dinâmico das economias dos países dependentes"*. (Idem. Idem, p. 126).

A autora destaca quatro reflexos sentidos em virtude da aceleração dos investimentos: a assimilação dos interesses das classes dominantes nacionais e

das empresas estrangeiras; a extensão do controle e da dominação estrangeira nos setores produtivos nacionais que estão se desenvolvendo; a “*desnacionalização progressiva*” dos meios de produção, sobretudo industriais; e, por fim, o fortalecimento dos pilares da monopolização, a centralização e concentração da economia, sob a liderança das multinacionais. (Idem. Idem).

Como consequência de todos esses elementos, ocorrem mudanças qualitativas no *sentido* e na *orientação* das formas de funcionamento e de dominação interna dos sistemas capitalistas dependentes latino-americanos. (Idem. Idem, p. 126-7. Grifos nossos).

Tais mudanças, segundo a autora,

...se expressam fundamentalmente no *abandono realista*, por parte das classes dominantes, dos projetos reformistas de desenvolvimento nacional autônomo, cujas implicações estão diretamente relacionadas à decadência dos métodos populistas usuais de manipulação e controle das massas proletárias e pequeno-burguesas, e, em contrapartida, na adoção de medidas cada vez mais “interdependentes” em relação ao centro hegemônico, tanto no plano econômico quanto no político e militar. (Idem. Idem. Grifos nossos).

Inúmeros mecanismos foram criados com a finalidade de auxiliar o movimento de penetração de capital. A criação e arbítrio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), as medidas propostas pela Aliança para o Progresso, o direcionamento das políticas externas dos Estados Unidos durante o período da Guerra Fria e a veemência na dominação imperialista em escala mundial são apenas alguns exemplos.

Por outro lado, os acordos de “*ajuda, cooperação e assistência policial e militar*” (Idem. Idem, p. 127) expressavam tentativa clara de auxílio às forças nacionais latino-americanas de se prepararem para ofensiva em caso de questionamentos da ordem vigente. Tal dinâmica materializa a mudança que ocorria no âmbito social das economias dependentes. As políticas “*de concessão*” às classes populares, medidas clássicas do regime dependente até então, são, pouco a pouco, cessadas. (Idem. Idem). Em alguns casos, o movimento popular se intensificava com a deterioração do quadro econômico e com as cada vez mais frequentes ofensivas direcionadas a ele.

3.2 – As economias dependentes sob o domínio do capitalismo monopolista integrado

É neste cenário que entre 1963 e 1964 grande parte dos países latino-americanos sofreram golpes militares e adentraram em um longo período de ditaduras. Definida a conjuntura externa e interna dos países dependentes, e feito o panorama do período anterior à Segunda Guerra, a autora estuda quais as mudanças qualitativas que os dois grupos de países enfrentam, a fim de determinar quais as especificidades que o capitalismo dependente assume nos grupos. O período marca o início de uma nova dependência e, com ela, a necessidade de elaboração de uma nova tipologia. Compreendidos os reflexos na estrutura, Bamberger propõe estudar a viabilidade de se desenvolverem ou não os requisitos para a manutenção do capitalismo dependente latino-americano, dadas as possibilidades históricas do sistema.

3.2.1 – As condições internas nos países do *tipo A* que permitem a industrialização

A entrada do capital estrangeiro nos setores industriais nacionais nos países do *tipo A* expulsa os empresários nacionais. Como alternativa, enfrentam a possibilidade da falência, vista a dificuldade de competir com o capital externo, ou da integração como sócio minoritário. A burguesia nacional, portanto, funde suas ambições e projetos ao imperialismo: é o início do processo de desnacionalização da economia.

São dois os principais pontos que explicam a dominação do centro hegemônico sobre o processo de industrialização: a conjuntura favorável à saída de capitais para o exterior e as vantagens de direcioná-los aos países dependentes. (Idem. Idem, p. 134). Dentre eles, seis são de maior relevância. Em primeiro lugar, o aumento da produtividade e o desenvolvimento das forças produtivas nos países centrais, o que leva à necessidade de novos mercados nos quais as multinacionais possam se firmar. Em segundo, intimamente ligado com o primeiro fator, a dificuldade para importar produtos de bens de consumo externos (estes duramente tarifados), mas a facilidade na entrada de máquinas e equipamentos obsoletos ao sistema hegemônico – facilidade que fornece solução à necessidade de renovação tecnológica nos países hegemônicos.

Ao lado dessa situação, a possibilidade de altos lucros obtidos no mercado nacional, visto o protecionismo intenso aos produtos nacionais.

Em terceiro lugar, a abundância de mão de obra barata e, portanto, a geração de uma mais valia elevada.

Em quarto, a pré-existência de uma infraestrutura produtiva e humana já previamente desenvolvida, que permite às empresas estrangeiras um novo processo de acumulação com maior intensidade. (Idem. Idem, p. 135). Nesse sentido, vale o destaque de uma dinâmica de articulação do mercado nacional com bases prévias no setor de comunicação, de produção de insumos indispensáveis, da certa preparação de uma mão de obra especializada e, sobretudo, de um mercado interno estável e com abertura para o crescimento. (Idem. Idem).

Em quinto lugar, a disponibilidade de divisas presentes internamente, criadas pelo setor exportador, fator que permite o desenvolvimento do processo de industrialização.

Por fim, em sexto lugar, a quebra do pensamento nacionalista burguês latino-americano. Intimamente ligado a esse quadro são as medidas estimulantes para a atração do investimento estrangeiro, como a ausência de barreiras fiscais, a facilitação do envio de remessas de lucros e a primazia de políticas de estabilização monetária, sob o controle do FMI. Enfim, a força de uma política repressiva direcionada ao proletariado, a fim de garantir altos níveis de mais valia.

A dinâmica interna das economias nacionais não apenas facilitava a penetração do capital estrangeiro, mas dependia dela para a manutenção de seu crescimento industrial. Dada a incapacidade histórica do desenvolvimento capitalista sob o controle nacional, os países dependentes passam a buscar formas de incentivar a entrada de capital estrangeiro. Diversas características permitem/implicam em tal penetração. Bambirra delimita cinco características:

A primeira diz respeito ao caráter primordial do capitalismo dependente:

...há uma condição fundamental que deriva do fato de que, sendo o capitalismo um sistema essencialmente internacional – característica que se tornou ainda mais intensa na atual fase de integração monopólica mundial –, não é viável conceber, nem histórica nem teoricamente, a promoção do desenvolvimento na esfera nacional, de forma alheia ao desenvolvimento desse

sistema em escala mundial. (Idem. Idem, p. 137. Grifos no original).

Deve ser levado em consideração que, no momento em que os países dependentes estavam iniciando seu processo de industrialização, os países hegemônicos já haviam alcançado um grau de desenvolvimento diverso e superior. Isso implica que o desenvolvimento nacional dos países latino-americanos não seguirá um “*curso natural, gradual e paulatino*” como nos países centrais. (Idem. Idem, p. 138).

Desse pressuposto deriva a segunda característica. A entrada do capital estrangeiro é uma consequência da incapacidade de se realizar industrialização com o capital, o modo de produção e a infraestrutura nacional – os países dependentes importavam máquinas, equipamentos e matérias primas dos países de capitalismo desenvolvido.

Nos países dependentes do *tipo A*, a industrialização foi possível graças às divisas obtidas com as exportações. Ao contrário do que ocorreu em países desenvolvidos, de capitalismo central, o setor exportador será o elemento chave da industrialização nos países de economias dependentes. Isso ocorre pois as divisas obtidas são utilizadas para financiar a importação de maquinário e impulsionar o Departamento II (bens de consumo duráveis): a importação das máquinas e da tecnologia passa a ocorrer sob a forma de capital-maquinário, isto é, sob o investimento estrangeiro. (Idem. Idem, p. 140). Dessa forma, o desenvolvimento interno passa a depender cada vez mais intensamente da importação de países onde o Departamento I (bens de capital) é amplamente desenvolvido – visto que, nos países dependentes, os meios de produção de bens de capital não possuem robustez ou alguma autonomia.

Bambirra adjetiva essa dinâmica de “*entrelaçamento e complementaridade*” entre os dois polos, ao evidenciar o “*caráter limitado e vulnerável*” das economias dependentes. (Idem. Idem, p. 139). Como extensão dessa relação deriva a terceira característica: o controle exercido pelas multinacionais no uso das tecnologias. Os países desenvolvidos passam a exportar maquinário sob a forma de investimento, e não em uma relação de compra e venda: as empresas estrangeiras passam a ditar o uso das tecnologias por elas exportadas.

A entrada do capital estrangeiro é duplamente favorecida. Primeiro, pois este capital é o condutor dos rumos da industrialização dos países dependentes, podendo direcioná-lo de maneira a ser ainda mais lucrativo ao exterior. E, segundo, haja vista a incapacidade de suprir as necessidades de bens amplamente industrializados, como automóveis e eletrodomésticos. (Idem. Idem, p. 141). Dessa forma, as economias dependentes são forçadas a importarem tais bens, pois os preços externos se apresentam mais vantajosos – com esse ciclo, intensifica-se a entrada de empresas estrangeiras detentoras da tecnologia e maquinário capaz de produzir/atender tais demandas. A tecnologia torna-se ainda mais valiosa, os preços de tais produtos barateiam e são intensificadas as barreiras protecionistas em favor das empresas estrangeiras.

Consequentemente, as empresas estrangeiras possuem vantagem competitiva inabalável frente às empresas nacionais, o que compõe a quarta característica. A utilização de tecnologias novas, somada ao desenvolvimento avançado das forças produtivas estrangeiras, eleva a mais valia relativa, expandindo a acumulação de capital. Seus preços são mais vantajosos que os de seus competidores, o que gesta a possibilidade de implementação de políticas voltadas para a *monopolização, concentração e centralização* dos mercados. (Idem. Idem, p. 142).

Por fim, a última característica é possibilitada pela anterior: a entrada do capital estrangeiro é estimulada por mecanismos acumulativos de dependência. (Idem. Idem, p. 143). A autora caracteriza: *“em poucas palavras, pode-se dizer que os investimentos estrangeiros provocam uma descapitalização que exige novos investimentos estrangeiros”*. (Idem. Idem). Resumidamente, os lucros obtidos no país eram pouco ou nada investidos internamente. As remessas eram enviadas ao exterior, levando a descapitalização da economia e, portanto, no descompasso da balança de pagamentos. Tal descompasso tornava necessário recorrer ao exterior para empréstimos, isto é, exacerbando duplamente a necessidade do capital estrangeiro: *“o capital estrangeiro se torna assim uma necessidade intrínseca do funcionamento do capitalismo dependente e é, ao mesmo tempo, seu componente descapitalizador e capitalizador”*. (Idem. Idem).

Não são apenas condições de ordem econômica que favorecem a entrada do capital estrangeiro, nem tampouco a dependência se restringia somente à economia:

A dependência política não deve ser definida apenas como a imposição da ingerência estrangeira na vida nacional, mas sobretudo como parte de uma situação de dependência que faz com que o processo de tomada de decisões por parte das classes dominantes – em função dos interesses políticos “nacionais” internos – seja dependente. Como os países dependentes são parte constitutiva do sistema capitalista internacional, suas classes dominantes jamais gozaram de uma real autonomia para dirigir e organizar suas respectivas sociedades. (Idem. Idem, p. 144).

Em conclusão, segundo a autora, *“a situação de dependência termina por conformar estruturas cujas características e cuja dinâmica estão subjugadas às formas de funcionamento e às leis de movimento das estruturas dominantes”*. (Idem. Idem). As formas assumidas pelas classes dominantes, portanto, sempre estiveram atreladas às necessidades e interesses econômicos do capitalismo desenvolvido. A dominação política é fator de manutenção da dependência estrutural. Na fase do capitalismo monopólico, como única alternativa ao desenvolvimento do capitalismo (pois, evidentemente, a alternativa socialista não estava em questão), as classes dominantes se entregaram à dominação imperialista ou, como afirma a autora, adotaram postura de *“submissão política”*. (Idem. Idem, p. 145).

O desenvolvimento capitalista depende, portanto, da dependência política. No entanto, em alguns momentos históricos, as classes dominantes nacionais foram capazes de reivindicar medidas que não eram de interesse do capital hegemônico – medidas obtidas por meio de *“margens de manobra”*. (Idem. Idem). Todavia, tais acontecimentos são escassos e, ainda que possam proporcionar alterações reais nas economias internas, são – e sob o capitalismo sempre serão – incapazes de quebrar a dependência. As possibilidades econômicas, e também políticas, de autonomia frente ao imperialismo são fadadas ao fracasso sob o regime capitalista segundo a autora.

Com o tempo, não apenas as contradições da economia são escancaradas, como também as tensões políticas: *“a manutenção da dependência deixa paulatinamente de ser uma necessidade histórica imperiosa para o funcionamento industrial, passando a ser, cada vez mais, um problema político”*. (Idem. Idem, p. 149). O imperialismo, com o desenvolvimento das tecnologias produtivas e a nova divisão internacional do trabalho, impõe limites

ainda mais extensos ao desenvolvimento pleno das forças produtivas nos países dependentes. A ruptura com essa condição só é possível se significar o enfrentamento do sistema capitalista, ou seja, pela via socialista e com amplo apoio popular. (Idem. Idem, p. 150).

3.2.2 – As condições internas nos países do *tipo B* que permitem a industrialização

Diferentemente dos países de *tipo A*, a penetração do capital estrangeiro nos países do *tipo B* não encontrou grandes obstáculos. Nestes, não havia sido gestada uma classe burguesa industrial que representasse obstáculo, mesmo que pequeno, como nos do *tipo A*, à entrada do capital estrangeiro. No grupo *A*, o nacionalismo anti-imperialista não era questionador do desenvolvimento capitalista, isto é, mantinha-se como defensor do desenvolvimento nacional autônomo com base nos interesses de classe da burguesia industrial.

Nos países do *tipo B*, por outro lado, vista a inexistência da classe industrial, o nacionalismo será um movimento essencialmente popular, porém com pouco sucesso. A penetração do capital estrangeiro, portanto, ocorria sem limitações: *“o imperialismo sequer tinha que enfrentar uma burguesia; não enfrentava o problema de submetê-la e forçá-la a uma integração, desnacionalizá-la”*. (Idem. Idem, p. 157). Contudo, se nos países do *tipo A* setores da burguesia industrial criaram mecanismos a fim de preservar seus interesses frente aos estrangeiros, criando condições lucrativas para o capital externo, nos países do *tipo B* isso não ocorreu, tornando o investimento externo pouco interessante. Ainda, por não possuírem base territorial (recursos naturais) e/ou infraestrutura industrial, mercado interno desenvolvido e mão de obra capacitada, tornavam-se áreas duplamente desinteressantes. Dessa forma, o papel e o fluxo do capital externo nestes países se restringiram ao controle direto de setores industriais e, sobretudo, exploração de produtos do setor primário. (Idem. Idem, p. 158). Tal penetração foi auxiliada por três fatores estruturais principais.

Em primeiro lugar, o domínio do setor primário exportador facilitou o posterior controle do setor industrial. Visto que, em contramão do que ocorreu nos países do *tipo A*, as divisas geradas pela exportação eram escassas, não foi possível sua transferência para o desenvolvimento da indústria nacional (sob o

controle da burguesia industrial interna). Bambirra ressalta que *“a presença do capital estrangeiro tem que ser tomada como um dado da industrialização; é um componente desde o início intrínseco a ela”*. (Idem. Idem, p. 168). O capital estrangeiro, portanto, se ocupa de desenvolver setores que, dada a precariedade das economias internas, não teriam sido desenvolvidos: fábricas montadoras de bens de consumo duráveis e a produção, em alguns casos, de todo o produto. (Idem. Idem, p. 169).

Em segundo lugar, o endividamento progressivo das economias, desde antes de 1945. A descapitalização passa a ser cada vez mais intensa, visto os mecanismos de ajuda financeira impostos a tais países, como os empréstimos e renegociações já citados anteriormente. Mais uma vez, dentro dos limites do capitalismo dependente, a atuação política da pequena burguesia não é eficiente para reverter a situação – como provado pelas experiências do nacionalismo pequeno burguês no Peru, sob a liderança da Alianza Popular Revolucionária para a América (APRA), e na Bolívia com o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).

Ambos movimentos não eram questionadores do papel do capital estrangeiro no país, mas o viam como indispensável para o desenvolvimento interno da indústria. Segundo Bambirra, eles foram *“movimentos opostos, de derrotas e vitórias frustradas [e] que resultam sempre inevitáveis para esses tipos de movimentos orientados pelas concepções pequeno burguesas”*. (Idem. Idem, p. 159). A APRA, movimento pequeno-burguês, visava tornar o Peru em uma democracia moderna por meio de transformações econômicas, políticas e, sobretudo, individuais. Porém o movimento era conciliador com o imperialismo e as oligarquias e preconizava o *“moralismo típico pequeno-burguês”*. (Idem. Idem, p. 160). O MNR, por sua vez, inicia-se como um movimento do proletariado mineiro em disputa com a pequena burguesia boliviana. (Idem. Idem, p. 161). Todavia, ainda que tenha chegado ao poder, o MNR revelou-se incapaz de realizar a Revolução e, tampouco, um processo de modernização, ainda que de bases democrático-burguesas. Fracasso que, com o tempo, acabou levando à conciliação de interesses com as classes dominantes imperialistas e oligárquicas. (Idem. Idem).

Por fim, em terceiro lugar, *“a aliança entre os interesses vinculados aos enclaves e as oligarquias”*. (Idem. Idem, p. 170). A ausência da burguesia

industrial nacional possibilitou que as oligarquias assumissem o protagonismo na manutenção do sistema de privilégios e no combate aos movimentos populares: *“assim como a oligarquia necessita do capital estrangeiro, devido a sua incapacidade histórica de promover o desenvolvimento nacional, a existência da oligarquia é condição para a atuação do capital estrangeiro”*. (Idem. Idem). As oligarquias, com o pós-guerra, adquiriram ainda mais força, intensificando a repressão aos movimentos populares em “favor” do imperialismo, que, em troca, realizava o desenvolvimento nacional. As oligarquias, portanto, desenvolviam pacto *“cada vez mais profundo”* com o imperialismo. (Idem. Idem, p. 171).

De qualquer forma, nesses países a característica comum é a instalação de indústrias manufatureiras sob as seguintes condições: 1) com o controle direto do capital estrangeiro; 2) partindo de um nível tecnológico muito elevado, que corresponde aos penúltimos níveis alcançados pelo desenvolvimento das forças produtivas nos países capitalistas; 3) com um alto controle monopólico dos mercados; 4) nos ramos produtivos nos quais os níveis de rentabilidade podem ser mais elevados, sem considerar as prioridades sociais e nacionais básicas. (Idem. Idem, p. 172).

3.3 – Contradições e tendências do capitalismo dependente

De acordo com Vânia Bambirra, ainda que diferentes na forma, período e intensidade do processo de industrialização, a América Latina é uma unidade: *“no plano cultural, pela sua comum herança do período colonial; nos planos econômico e político, pelas suas possibilidades integradoras; e, finalmente, em função de suas perspectivas libertadoras e revolucionárias”*. (Idem. Idem, p. 128).

Nos países do *tipo A*, a autora assinala três grandes contradições: a manutenção da estrutura agrária tradicional, em contraposição com a necessidade de mercados (Idem. Idem, p. 177); a necessidade de um Estado defensor dos interesses da burguesia industrial, em simultaneidade com as funções do Estado “amalgamado” (Idem. Idem, p. 195); e, por fim, a necessidade burguesa da existência de uma política nacionalista em um capitalismo de dependência estrutural. (Idem. Idem, p. 200).

O desenvolvimento da indústria foi resultado, sobretudo, da relevância do setor primário exportador. Como reflexo, o estreitamento da relação entre as

oligarquias latifundiárias e a burguesia industrial impediu o questionamento do caráter do desenvolvimento primordialmente urbano. A questão agrária, portanto, foi deixada de lado, sem incorporar, de maneira efetiva, a mão de obra e os mercados rurais. (Idem. Idem, p. 177). A autora afirma que *“a contradição entre a manutenção da estrutura agrária tradicional e a necessidade de conquistar o mercado rural é, portanto, o fator limitante mais crucial do desenvolvimento capitalista dependente”*. (Idem. Idem, p. 178). Reside, aqui, a primeira contradição. São inúmeras as medidas tomadas a fim de ultrapassar os limites impostos pela não utilização do campo. A exploração dos mercados já estabelecidos, a intensificação do controle monopólico, a diminuição dos salários ou a elevação das exportações.

Vale, ainda, ressaltar o papel da burguesia industrial neste processo político. Incapaz de questionar a propriedade agrária, por questões políticas, econômicas e históricas, a burguesia industrial assume papel conciliador:

Esse reformismo consiste em tratar de resolver o problema agrário, por um lado, através de medidas modernizantes e, por outro, mediante reformas parciais e localizadas em regiões consideradas prioritárias em função de problemas econômicos ou políticos. (Idem. Idem, p. 186).

Ao passo que as medidas modernizantes buscam criar “facilidades” para o desenvolvimento capitalista no campo, as reformas visam, sem tanto êxito, redistribuir as terras em regiões mais conflituosas: *“o objetivo fundamental é a expansão das classes médias no campo, o que interessa ao sistema do ponto de vista econômico, pois amplia o mercado, e do ponto de vista político, pois funciona como amortecedor para as tensões sociais”*. (Idem. Idem, p. 187).

Representa a segunda contradição a manutenção do sistema de privilégios das classes industriais com o Estado. Sem embargo, a defesa dos interesses das classes dominantes entra em choque com a manutenção da ordem das classes dominadas. Como medida de “contenção” aos privilégios concedidos à burguesia industrial, o Estado necessita da criação de medidas paternalistas, voltadas para a assistência social e legislação trabalhista.

O melhor exemplo de tais políticas ocorreu no Brasil, com Getúlio Vargas. Todavia, as concessões dadas às classes trabalhadoras não resolvem as contradições intrínsecas ao capitalismo. Nos momentos de crise voltam à tona

ainda mais escancaradamente, evidenciando-se em “*contradições que a burguesia deve tratar de resolver através de uma política cada vez mais violenta e fascistizante*”. (Idem. Idem, p. 198). É o movimento que ocorreu na década de 1960, com a ocorrência do golpe militar de 1964 no Brasil, seguido de diversos golpes militares que se produziram ao longo do continente. A violência contra as classes populares é indispensável para o desenvolvimento do capitalismo dependente.

A terceira contradição presente no capitalismo dependente do *tipo A* é a batalha entre uma política nacionalista, pleiteada pela burguesia nacional, e a influência do capital estrangeiro na definição do curso da economia.

Da mesma forma que o Estado é incapaz de levar a cabo apenas o desejo da classe burguesa industrial, sendo necessário contrabalancear com medidas de assistência social para a classe trabalhadora, ele não pode negligenciar os interesses do capital externo. Por outro lado, interesses em comum entre as duas classes nem sempre são factíveis. A facilidade de exportações aos países vizinhos, por exemplo, é prejudicada pela estrutura agrária tradicional. (Idem. Idem, p. 201).

Sob o capitalismo dependente, a solução deste conflito de interesses não é possível. Por mais que em períodos de desenvolvimento econômico a questão seja mascarada, ela está presente. A resposta para a crise sistêmica do capitalismo será reforçar o crescimento de blocos que tornam cada vez mais dependentes as economias periféricas da América Latina do capital estrangeiro, seja econômica seja politicamente.

Nos países do *tipo B*, por sua vez, a autora aponta duas contradições principais: a necessidade da obtenção de divisas para financiar a industrialização e o controle, por parte do capital estrangeiro, do setor exportador (Idem. Idem, p. 205) e, em segundo, a dificuldade de desenvolvimento do capitalismo com a manutenção da estrutura agrária tradicional. (Idem. Idem, p. 210).

A primeira contradição se dá pois o financiamento da industrialização necessita da obtenção de divisas que, contudo, não é possível devido ao controle do setor exportador, visto que o capital privado estrangeiro penetra o setor industrial de maneira secundária nos países do tipo B:

A industrialização se realiza de *forma incompleta, lenta, assistemática, irregular e não integrada*, sendo promovida

complementarmente em função de interesses externos ao desenvolvimento capitalista do país, na busca por lucros que tendem a se concentrar intensivamente em alguns setores limitados. (Idem. Idem, p. 206. Grifos nossos).

Dessa forma, a necessidade da dinâmica capitalista de se reinventar em novos setores e tecnologias é imensamente prejudicada. As limitações internas, por outro lado, evidenciam que estes países estão fadados, no capitalismo dependente, a servirem de mercado de reserva para as multinacionais.

Como resultado, a desarticulação da economia nacional se reflete em diversas esferas. A economia não adquire um caráter dinamizador, setores artesanais são excluídos da produção e a classe operária está destinada a salários cada vez menores e ao desemprego. A situação de descontentamento das classes médias não é muito diversa, vista a impossibilidade de ascender economicamente. O campesinato é expulso do campo e se proletariza. Bambirra afirma: *“essa situação configura um quadro de tensões sociais cujas perspectivas de resolução superam os marcos do sistema dependente”*. (Idem. Idem, p. 208). O descontentamento representado por tais classes encontra a repressão das classes dominantes.

Ainda assim, a repressão não representa uma solução viável para as contradições do capitalismo dependente. Ainda que, nos moldes capitalistas, seja necessária a manutenção da dependência para o desenvolvimento do sistema, é igualmente importante o questionamento das bases para a promoção do crescimento. (Idem. Idem). Mais uma vez, a configuração revela a incapacidade do Estado e do capitalismo dependente em firmar bases nacionalistas e se opor ao imperialismo. Daí a conclusão da autora de que não há alternativas dentro do capitalismo dependente para tais paradoxos, e, portanto, de que *“a resolução efetiva de tal contradição supõe a liquidação do capitalismo dependente”*. (Idem. Idem, p. 209).

A segunda contradição surge na medida em que a manutenção da estrutura agrária tradicional gera empecilhos ao desenvolvimento do capitalismo ao criar barreiras ao processo de acumulação de capital no campo. Simultaneamente, os setores geradores de lucros são controlados pelo capital externo. Dessa forma, a criação de mecanismos que favoreçam a industrialização é dificultada por mais um aspecto – além do mercado interno

restrito, da inexistência de infraestrutura básica e do baixo nível de desenvolvimento tecnológico. (Idem. Idem, p. 206). A autora se questiona acerca das possibilidades de desenvolvimento em virtude dos conflitos e contradições que a manutenção da estrutura agrária cria:

A conclusão que podemos tirar é que, nos países do tipo B, a dominação oligárquica latifundiária poderá seguir sendo questionada pela composição de uma nova aliança de forças pequeno-burguesa e imperialista, que busque dinamizar o sistema capitalista, sempre que seja possível neutralizar os setores mais radicais da pequena burguesia e a classe operária. (Idem. Idem, p. 213).

3.4 – Dependência do século XXI

Seja qual o desdobramento, o resultado, na visão de Bamberger, é o mesmo: *“um aprofundamento da dependência e o deslocamento, para um futuro longínquo, de agudos problemas econômicos, políticos e sociais derivados das novas contradições que seriam gestadas”*. (Idem. Idem). A dominação externa seria ainda mais presente, em contraposição com a fraqueza do Estado e das classes sociais nacionais em criarem um desenvolvimento com bases internas e mais autônomas. Conseqüentemente, quaisquer que fossem os ganhos econômicos, seriam inevitavelmente limitados e voláteis.

De maneira geral, nos dois grupos de países, o resultado do desenvolvimento dependente é o mesmo:

Em síntese, pode-se constatar que, do ponto de vista do funcionamento da economia, realiza-se em todos os países um processo de monopolização que reflete, ao mesmo tempo, a centralização e a concentração industriais. Este processo afirma o predomínio do grande capital estrangeiro nos setores produtivos fundamentais. (Idem. Idem, p. 215).

A desnacionalização ocorre nos dois grupos de países. Nos países do *tipo A*, os setores de bens de consumo duráveis e de bens de produção são controlados por multinacionais. Nos do *tipo B*, a dominação é presente desde o controle dos recursos naturais como no desenvolvimento da indústria. Por outro lado, o capitalismo de Estado não possui mecanismos (e, de certa forma, interesse) em liderar a industrialização. A dominação por parte do Estado, ao contrário, se dá em setores que não competem com os interesses do capital estrangeiro (Idem. Idem), mas o potencializa – como é o caso do

desenvolvimento dos setores de transporte, energia, telecomunicações: “o *capitalismo de Estado tende, pois, a se combinar com o capital estrangeiro e a compartilhar com este os mecanismos de poder; e, mais ainda, a transformar-se no agente da dominação burguesa-imperialista*”. (Idem. Idem, p. 216). E, ainda:

Todas essas características se desenvolvem dentro dos limites impostos pela impossibilidade de superação radical dos obstáculos ao aumento do mercado interno, devido à persistência da estrutura agrária monopólica tradicional, junto à intensificação da monopolização industrial, da acentuada concentração de renda, dos baixos níveis de incorporação de mão de obra ao sistema produtivo etc., o que acarreta em contrapartida a necessidade de intensificação da superexploração do mercado existente. (Idem. Idem).

Vale retomar outros pontos decorrentes do desenvolvimento dependente. A convivência de relações pré-capitalistas e capitalistas no campo que, juntamente com a persistência do latifúndio, expulsa da terra os trabalhadores rurais. Estes, ao chegarem às cidades, não encontram trabalho, visto que a necessidade de mão de obra é cada vez menor e exige trabalhadores mais qualificados. Dessa forma não há integração entre os diversos setores da economia, o que impulsiona o desenvolvimento de setores não propriamente produtivos e perpetua um largo contingente de desempregados.

Por outro lado, levando em consideração a construção e comportamento político e social, observa-se o desenvolvimento de uma rede extensa de mecanismos de controle social do poder, sobretudo com a ascensão do rádio e da televisão. O processo de polarização das forças políticas ganha força, agudizando a ruptura de alianças entre as classes dominantes e dominadas, dinâmica proporcionada pelo populismo. (Idem. Idem, p. 217). Disso resultaram inúmeros golpes militares e regimes autoritários:

O resultado final ao qual o desenvolvimento dependente conduz é, portanto, a agudização das contradições entre a concentração do poder econômico e político das classes dominantes e o conjunto da população dominada. Essa contradição, que leva à radicalização do regime político das classes exploradoras e assume, em muitos países, características neonazistas – das quais a melhor expressão é o Brasil – conduz a uma radicalização política acentuada da classe operária, do campesinato pobre e de setores da pequena burguesia e das classes médias, apontando na direção da superação de suas

ilusões nacionalistas e reformistas e orientando-se rumo a uma confrontação em termos de luta de classes. (Idem. Idem).

Embora esse processo faça parte da América Latina, os rumos dos países dependentes variam entre si. Em alguns países do *tipo A*, como Brasil, México e Argentina, a autora atribui uma tendência subimperialista, quando um país dependente mais desenvolvido domina outro menos desenvolvido, através do controle de seus mercados. (Idem. Idem, p. 218). Fundamental para criação de tal dinâmica é a existência de um setor de bens de produção consolidado. Outras características podem ser destacadas, como o capitalismo de Estado, comprometido com a dominação imperialista e o intenso fluxo e papel do capital estrangeiro no desenvolvimento de tais economias. Bambirra destaca a volatilidade das contradições internas do capitalismo em tais países:

Assim, a necessidade de diminuir o impacto interno de suas contradições congênicas orienta os referidos países, como subprodutos do imperialismo, rumo ao domínio e à subjugação dos demais países latino-americanos. A história do desenvolvimento capitalista sempre confirmou, nestes países e em várias circunstâncias, a necessidade de realização de tal tendência: o capitalismo necessita se expandir para sobreviver e, para expandir, necessita se impor e dominar. (Idem. Idem, p. 219).

Tal tendência se aplica ao subimperialismo, específico desse período na América Latina: sua manutenção implica a imposição dupla nos demais países dependentes. (Idem. Idem, p. 221). Aos países restantes do *tipo A* e aos demais países do *tipo B*, o desenvolvimento progressivo e estável não é uma possibilidade. Os ciclos de pequeno desenvolvimento são cada vez mais seguidos da estagnação e da crise e as políticas reformistas deixam de ter o efeito desejado. Para a autora, o socialismo representa “a única opção de desenvolvimento, deixando de ser um ideal doutrinário e passando a se constituir em uma necessidade histórica”. (Idem. Idem).

A alternativa socialista se opõe à subimperialista presente no Brasil, México e Argentina. Esta, ainda que exprima “*viabilidade potencial*”, não significa a ruptura com o capitalismo dependente e, portanto, resulta no fomento das contradições inerentes ao capitalismo. (Idem. Idem, p. 222). Dessa forma serão mais constantes os conflitos entre as classes dominantes e dominadas e,

portanto, entre a alternativa burguesa radical e a alternativa proletária (Idem, p. 223), o que leva a autora afirmar que a unidade latino-americana só existe na medida em que adentra a esfera do socialismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta monografia foi possível perceber que a Teoria da Dependência representa um movimento teórico profundamente questionador das origens e formações econômicas, sociais e políticas latino-americanas. Os autores tratados não apenas se propuseram a compreender a linha histórica dos países da América Latina, mas, sobretudo, qual o papel central do capitalismo hegemônico no processo do desenvolvimento do capitalismo dependente e, não menos importante, nos rumos e tendências reservados a eles. A fim de estudar as especificidades do capitalismo dependente nos diversos países latino-americanos, para, posteriormente, entender qual a relevância do debate hoje, autores de diferentes perspectivas e formações foram abordados.

Em um primeiro momento, no Capítulo 1, a monografia se direcionou na delimitação de um panorama teórico geral, contemplando autores que dão origem à Teoria da Dependência e, depois, retornou à teoria de Marx acerca do capital financeiro para a contextualização dos desdobramentos do processo de financeirização.

Aníbal Quijano é um dos primeiros autores a tornar “visíveis” os indivíduos, dilemas e dinâmicas presentes no capitalismo dependente ao questionar a hegemonia do pensamento europeu na percepção do modo de produção capitalista. Atribui o ponto inicial de todo o processo de constituição do capitalismo dependente o fenômeno da globalização, processo o qual, por sua vez, foi gestado desde a constituição do domínio e colonização da América Latina: ela se torna o eixo central de todo o mecanismo do capital hegemônico. (QUIJANO. 2005).

Para Quijano, a dualidade de conceitos e dinamismos que à primeira vista são paradoxos é o fio condutor que permite a compreensão da América Latina. (Idem. Idem). Ainda que repleta de especificidades presentes dentro de cada um dos países dependentes, sua unidade é clara na medida em que se observa um processo de diversificação e expansão do capitalismo, ao lado de uma marginalização da mão de obra. (Idem, 1974). De acordo com o autor, o desenvolvimento dos países da América Latina sempre se deu, desde sua formação, através de estruturas de desenvolvimento desigual, heterogêneo e combinado.

Ainda merece destaque a concepção de que as economias dependentes não são apenas reflexos da dinâmica capitalista hegemônica, mas também diferentes entre si, na medida em que possuem condições estruturais internas diversas e, com isso, relações distintas com a metrópole. Dessa forma, o estudo da dependência deve ser feito com base nas necessidades e tendências do capital hegemônico, isto é, enquanto propulsor do desenvolvimento dos países dependentes. O subdesenvolvimento, portanto, é, para Quijano, indissociável da dependência e do desenvolvimento desigual e combinado das economias latino-americanas. (Idem, 1973).

Florestan Fernandes, por sua vez, ressalta a importância de se conceituar o “imperialismo” não apenas enquanto movimento de dominação externa concreta, mas, sobretudo, enquanto criação de novos mecanismos de controle, presentes em todos os níveis da ordem vigente. O capitalismo dependente é, para o autor, realidade histórica da extensão da influência e controle externos, antes presentes principalmente no âmbito econômico, agora para a cultura, sociedade e política. (FERNANDES. 1975). Igualmente relevante para o autor é a incapacidade histórica, no processo de transição neocolonial, das burguesias nacionais tomarem as rédeas do desenvolvimento e romperem com a metrópole. As “*revoluções interrompidas*” evidenciam a potência da manutenção da ordem vigente. (Idem, 2015).

Os dois Capítulos seguintes são voltados para a obra de Vânia Bambirra, *O capitalismo dependente latino-americano* (1. ed. Santiago de Chile, 1972). A autora, assim como os outros tratados nesta monografia, estuda o capitalismo dependente apenas enquanto parte indissociável do desenvolvimento e evolução do capitalismo mundial. O corte temporal essencial para autora explicar o caráter atual das economias dependentes é o final da II Guerra Mundial e, com ele, o desenvolvimento do processo de integração monopólica mundial.

Sua metodologia é baseada na tipificação das economias dependentes. Primeiro, pois fazem parte de um todo capitalista e, portanto, são reflexo das economias hegemônicas. Segundo, pois a dependência é condicionante relevante na estruturação das economias dependentes, cada qual com suas possibilidades de desenvolvimento tendo em vista suas estruturas específicas.

De maneira geral, o período em que se deu a integração dos países dependentes aos hegemônicos (isto é, antes ou depois do processo de

integração monopólica mundial) e quais os condicionantes da industrialização e, com ela, as consequências de tal movimento na dinâmica e estrutura interna, são os fatores principais para a determinação dos dois tipos. Os países do *tipo A* seriam aqueles nos quais o processo de industrialização foi iniciado antes da II Guerra, onde já se fazia presente um mercado interno articulado de moldes capitalistas e a predominância de mão de obra assalariada nos principais setores da economia. Nos países do *tipo B*, por outro lado, as condições para o desenvolvimento da industrialização ainda não eram presentes antes da II Guerra.

Assim como Florestan Fernandes, Bamberger ressalta a importância da extensão das consequências da expansão da dominação, sobretudo estadunidense, na organização e dominação cultural que os países dependentes passam a enfrentar. Aprofundada após o final da II Guerra Mundial é, neste período, que os interesses das classes dominantes nacionais se tornam ainda mais próximos aos das empresas estrangeiras. O domínio econômico é presente, mas seu caráter se altera. Nesse sentido, o processo de mundialização financeira, elaborados na monografia pelo trabalho de François Chesnais, é imprescindível para reconhecer as mudanças ocorridas até os dias atuais.

Para Vânia Bamberger, o novo caráter da dependência resulta da penetração sistemática do capital estrangeiro nos setores mais dinâmicos das economias dependentes. (BAMBERGER. 2019). A nova ordem mundial leva à desregulamentação do movimento de capitais com o exterior (CHESNAIS. 2005), gestando uma nova dinâmica de acumulação.

A América Latina era no período pós Guerra destino recorrente para as novas empresas multinacionais. As economias hegemônicas já haviam conquistado matérias primas e mercados dos países dependentes e, agora, seus interesses se voltavam para investimentos, sobretudo no setor manufatureiro. A entrada de capitais estrangeiros é incentivada por diversos mecanismos adotados pelas economias dependentes a fim de promover a industrialização e manter o ritmo de crescimento.

A dependência se intensifica, pois o capital estrangeiro é o elemento “*descapitalizador e capitalizador*” das economias dependentes (Idem, p. 143), vista a desnacionalização progressiva dos meios de produção e o papel cada

vez mais central das multinacionais na manutenção da ordem do capitalismo hegemônico e, portanto, do capitalismo dependente.

O caráter vulnerável das economias dependentes é evidenciado não apenas no âmbito econômico. A submissão e a dependência política são fatores indispensáveis para a manutenção da ordem capitalista dependente subordinada à hegemônica. Por outro lado, as contradições econômicas e sociais passam a adquirir dimensões ainda mais profundas e voláteis, o que representa uma ameaça latente à ordem vigente. É nesse sentido que Bambirra afirma que a manutenção da dependência se torna um problema político acima de tudo. Seja nos países do *tipo A* ou do *tipo B*, o descontentamento das classes médias, operárias e camponesas encontra a repressão das classes dominantes, e as tensões sociais ultrapassam o quadro do capitalismo dependente. (Idem, p. 208). O Estado e as classes dominantes, ainda que aliados ao capital hegemônico, e adotando políticas cada vez mais violentas, não têm condições de criarem e manterem um desenvolvimento progressivo e sustentável a longo prazo. Sob o capitalismo, não existe uma saída para as questões econômicas, sociais e políticas do capitalismo dependente. As contradições são intrínsecas ao seu funcionamento e, com o passar do tempo, tornam-se cada vez mais insustentáveis dentro do regime capitalista. Concluindo, a ruptura com a dependência é a ruptura com o modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Trad. Florianópolis: Insular, 2019. [1. ed. Santiago de Chile: 1972].
- CARCANHOLO, Marcelo. "Desafios e Perspectivas para a América Latina do Século XXI". *Argumentum*. Vitória-ES: v. 6, n. 2, p. 6-25. Jul./Dez. 2014.
- CHESNAIS, François. "O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos". In: _____. Org. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35-67.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. São Paulo: Zahar Editoras, 1975.
- _____. *Poder e Contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARQUES, Rosa; NAKATANI, Paulo. *O que é capital fictício e sua crise*. São Paulo: Brasiliense, 2009. [Primeiros Passos].
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- _____. Neoliberalismo e desenvolvimento na América Latina. In: ESTAY REYNO, Jaime. Comp. *La economía mundial y América Latina. Tendencias, problemas y desafíos*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 136-156.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, Livro I.
- _____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo, 2017. Livro III.
- _____. *Para a crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del Poder y Clasificación Social". In: *Aníbal Quijano*. Cuestiones y Horizontes. Antología Esencial. De la Dependencia Histórico-Estructural à la Colonialidad/Descolonialidad del Poder. Selección y Prólogo a cargo de Danilo Assis Clímaco. Buenos Aires: CLACSO, 2014. 2 v. v. 1: p. 285-327.
- _____. "Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina". In: _____. *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-42.

<[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)

[sur/20100624103322/12_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)>. Acesso em: 21 de Agosto de 2021.

_____. "The Marginal Pole of the Economy and the Marginalized Labour Force". *Economy and Society*. Londres: v. 3, n. 4, p. 393–428. Jul. 2006. <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03085147400000019>>. Acesso em: 21 de novembro de 2021.

_____. "Redefinición de la Dependencia y Proceso de Marginalización Social". *In: WEFFORT, Francisco; QUIJANO, Aníbal. Org. Populismo, Marginalización y Dependencia. Ensayos de Interpretación Sociológica. São José: Universidad Centroamericana, 1973. p. 180-203. <<https://www.lahaine.org/amauta/b2-img/Quijanodependencia.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2022.*